

**Ata n.º 16**  
**da Assembleia Representativa da**  
**Ordem dos Contabilistas Certificados**

Aos quinze dias do mês de março de dois mil e vinte e quatro, pelas quinze horas e trinta minutos, reuniu a Assembleia Representativa, doravante AR, da Ordem dos Contabilistas Certificados, doravante OCC, no auditório da representação do Porto da OCC, sito no Largo 1.º de dezembro, n.º 11, tendo a sessão funcionado em formato misto (presencial e videoconferência), com a seguinte ordem de trabalhos: -----

**Antes da Ordem do Dia:** Tempo previsto: 45'

- |  |     |
|--|-----|
| 1. Tomada de posse de Representantes da Assembleia Representativa;   | 5'  |
| 2. Informação sobre presenças, faltas e representações à Assembleia;   | 10' |
| 3. Informação sobre a presença da Sra. Bastonária, membros do Conselho Diretivo, Conselho Fiscal, Conselho Jurisdicional e de elementos do apoio jurídico; | 5'  |
| 4. Informações e pedidos de esclarecimento.  | 25' |

**Ordem do Dia:** Tempo previsto: 330'

- |  |      |
|--|------|
| 1. Aprovação da ata da reunião de 29/12/2023;  | 5'   |
| 2. Aprovação dos seguintes Regulamentos:   | 190' |
| - Formação da Profissional Contínua;   |      |
| - Disciplinar;   |      |
| - Seguro de Responsabilidade Civil Profissional;   |      |
| - Sociedades Profissionais de Contabilistas Certificados, Sociedades de Contabilidade e Sociedades Multidisciplinares; |      |
| - Fundo de Solidariedade Social dos Contabilistas Certificados;  |      |
| - Taxas e Emolumentos;   |      |
| - Inscrição, Estágio e Exames Profissionais  |      |
| - Eleitoral.   |      |

*(Interrupção dos trabalhos, com continuação às 9.30 horas do dia 16/03/2024)*

- |  |      |
|--|------|
| 3. Discussão e votação do Relatório e Contas do exercício de 2023; | 120' |
| 4. Leitura e votação da minuta da ata.                             | 15'  |

O Sr. Presidente da Mesa da AR, doravante MAR, começou por cumprimentar todos os Srs. Representantes, a Sra. Bastonária, os elementos do Conselho Diretivo, do Conselho Jurisdicional, do Conselho Fiscal e os demais colegas presentes nas galerias e desde logo

informou que a sessão estava a ser gravada em áudio e vídeo para efeitos de elaboração da ata, ficando, posteriormente, disponível no micro sítio da AR. -----

Prosseguiu informou que a AR decorreria em sistema presencial e telemático e coube a cada um dos Srs. Representantes optar pela forma de participação, com exceção do membro da AR que iria tomar posse e que, por esse motivo, obrigatoriamente, teria de estar presente. Referiu que esta possibilidade era suportada legalmente pelo artigo 24.º-A do Código do Procedimento Administrativo, doravante CPA. Mais adiantou que, conforme previsto no artigo 8.º do Regimento da AR, as reuniões deste órgão realizam-se, preferencialmente, aos sábados, o que não sucedeu naquela sessão, uma vez que, a mesma estava a iniciar-se à sexta-feira porque, dado o número de assuntos a discutir, previsivelmente, o sábado não seria suficiente, fazendo-se a suspensão dos trabalhos no final do primeiro dia e retomando-se no dia seguinte. Já quanto à localização foi integralmente cumprido o que prevê o Regimento. -----

Lembrou que, todos os Srs. Representantes foram contactados, inicialmente por correio eletrónico, para os e-mails institucionais e, posteriormente, por telefone, por forma a confirmarem a sua forma de participação na AR. Informou também que as votações dos assuntos da ordem do dia, à semelhança da última reunião, seriam realizadas logo a seguir à apresentação e discussão de cada ponto. Esclareceu que, quanto ao ponto 2 (dois) da ordem do dia, os oito regulamentos seriam analisados e discutidos todos de seguida, ocorrendo a votação no final, regulamento a regulamento. Comunicou ainda que, para os Srs. Representantes a participar telematicamente, estava a utilizar-se a plataforma de som e imagem “ZOOM” e que, para qualquer dúvida ou questão sobre o acesso ou utilização daquela plataforma, deveria ser contactado o Sr. Luís Patuleia, através do telefone 960237444 ou por e-mail para *luis.patuleia@occ.pt*. -----

O Sr. Presidente da MAR lembrou que tinha sido solicitado aos Srs. Representantes a participar telematicamente para acessem à plataforma pelo menos trinta minutos antes do começo da sessão, por forma a solucionar antecipadamente quaisquer problemas que pudessem surgir, solicitando-lhes ainda que, deveriam manter as câmaras ligadas e ligarem os microfones apenas quando pretendessem usar da palavra para se dirigirem a Assembleia. Mais alertou para a importância de cada um dos Srs. Representantes indicarem na plataforma “ZOOM” o seu nome e número de cédula profissional e que, para estes, as votações seriam realizadas através de um formulário que seria

disponibilizado, por e-mail, no final da discussão de cada ponto da ordem do dia e, no caso das representações, aquele formulário deveria ser preenchido, duas vezes, um em nome do próprio e outro em nome da representação, permitindo assim a votação do próprio e do seu representado. Previu também que, caso algum dos Srs. Representantes a participar telematicamente pretendesse apresentar à MAR algum requerimento ou alguma declaração de voto, deveria remeter o respetivo documento para *secretaria.mesa.ir@occ.pt*, e só poderiam ser considerados se remetidos através do email institucional de cada um dos Srs. Representantes. Lembrou também que, para os Srs. Representantes que participavam presencialmente a credenciação ficou disponível a partir das catorze horas e trinta minutos, sendo a identificação realizada através da cédula profissional ou do cartão de cidadão. Concluindo a introdução da sessão, apelou à cordialidade e à capacidade de síntese dos intervenientes. -----

Seguidamente, o Sr. Presidente da MAR informou que, naquele momento, se encontravam presentes, em sala e a participar à distância, setenta e nove Srs. Representantes, não incluindo o Sr. Representante que iria tomar posse. -----

A seguir informou que, a ordem de trabalhos e documentos de suporte tinham sido enviados nos prazos previstos no Regimento da AR, nomeadamente, do artigo 8.º e que, no momento da credenciação, tinham também sido disponibilizados todos os documentos que se anexaram à convocatória. Alertou ainda para o facto de a ata da última reunião ter sofrido ligeiras alterações, tendo a versão definitiva sido previamente distribuída e sendo a mesma que lhes foi entregue quando da credenciação para aquela reunião. -----

Mais acrescentou que, a Assembleia tinha sido convocada nos termos conjugados do disposto nos artigos 43.º e 44.º do Estatuto da OCC, do artigo 8.º do Regimento da AR e do artigo 24.º-A do CPA, tendo a convocatória, com a ordem de trabalhos e documentos de suporte, sido endereçada a todos os Srs. Representantes no dia 29 de fevereiro de 2024 e ficado também, no mesmo dia, disponível no site da OCC. -----

Relativamente ao controlo de presenças, o Sr. Presidente da MAR esclareceu que, o mesmo tinha sido realizado nos termos do n.º 4, do artigo 6.º do Regimento da AR e que, se considera falta do Sr. Representante o atraso não justificado por mais de trinta minutos após o início dos trabalhos, bem como, caso os Srs. Representantes se ausentassem da sala, deveriam informar a credenciação, não devendo fazê-lo durante os períodos de votação. Os Srs. Representantes que participavam por meios telemáticos deveriam

comunicar a ausência através do chat da plataforma, e lembrou ainda que, a ausência da sessão por tempo superior a trinta minutos seria considerada falta, conforme prevê o n.º 3 do artigo 17.º do Regimento da AR, o que, neste caso, também impossibilitaria o Sr. Representante de participar no resto da reunião, sendo as regras válidas para os dois dias de realização da AR. -----

Feitas estas considerações iniciais e entrando no **ponto 1** (um) de **antes da ordem do dia**, *tomada de posse de Representantes da Assembleia Representativa*, o Sr. Presidente da MAR informou que, por demissão da Sra. Representante Vanda Filipa da Conceição Sousa, CC 91409, eleita pelo Círculo Eleitoral de Leiria, se iria de imediato dar posse ao Sr. Representante Nuno Miguel Domingues Valente, CC 91120. Chamado ao púlpito e após a leitura da declaração de compromisso com o seguinte teor: “*Eu, abaixo assinado, declaro solenemente aceitar o cargo para que fui eleito e respeitar e cumprir o Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados*”, o Sr. Representante procedeu à assinatura da ata de tomada de posse. -----

Passando ao **ponto 2** (dois) de **antes da ordem do dia**, *informação sobre as presenças, faltas e representações à AR*, o Sr. Presidente da MAR referiu que, naquele momento estavam a participar na AR 82 (oitenta e dois) Srs. Representantes, em sala e à distância, incluindo representados. -----

Informou também que, na última reunião da AR, realizada a 29 de dezembro de 2023, estiveram presentes todos os Srs. Representantes, não havendo faltas a registar. -----

No que diz respeito ao **ponto 3** (três) de **antes da ordem do dia**, *informação sobre a presença da Sra. Bastonária, membros do Conselho Diretivo, Conselho Fiscal, Conselho Jurisdicional e de elementos do apoio jurídico*, o Sr. Presidente da MAR lembrou que, o número 1, do artigo 13.º do Regimento prevê que a Sra. Bastonária, os membros do Conselho Diretivo, os membros do Conselho Fiscal e os membros do Conselho Jurisdicional podem participar facultativamente nas reuniões da AR e obrigatoriamente nas reuniões de aprovação do Relatório e Contas e do Plano de Atividades e Orçamento. Assim, o Sr. Presidente da MAR informou que se encontravam presentes a Sra. Bastonária e o seu assessor jurídico, Dr. Amândio Silva, outros membros do Conselho Diretivo, membros do Conselho Jurisdicional e do Conselho Fiscal. Mais informou, nos termos do n.º 5, do artigo 4.º do Regimento da AR, que a MAR estava a ser coadjuvada por um assessor jurídico e por um elemento do staff administrativo da OCC afeto à realização da

AR, este a fim de apoiar principalmente na plataforma Zoom, tendo ainda esclarecido que, ao abrigo do disposto no artigo 14.º do Regimento, a reunião era aberta a todos os membros da Ordem. -----

Avançou o Sr. Presidente da MAR para o **ponto 4** (quatro) de **antes da ordem do dia, informações e pedidos de esclarecimentos**, e abriu as inscrições para os Srs. Representantes que pretendessem usar da palavra, solicitarem informações ou esclarecimentos. Como ninguém se inscreveu, o Sr. Presidente lembrou aos Srs. Representantes a importância daquele ponto de *antes da ordem do dia*, para trazerem e apresentarem à AR outros assuntos e outros temas merecedores de discussão e reflexão, porquanto a ordem do dia é conhecida e deverá servir para a discussão dos seus pontos específicos, citamos “(...) *a iniciativa de lançar alguns temas. Porque eu acho que é muito importante que não nos limitemos a aprovar aquilo que está na ordem de trabalhos. Claro que é uma função nobre, é uma função que é necessária, mas este tempo que temos antes da ordem de trabalhos deve ser um momento de reflexão para uma série de problemas que nos atormentam a todos nós. Todos nós que andamos nesta vida sabemos que há muitos problemas a que devemos estar mais atentos, que devemos discuti-los, (...) e fazer sugestões à Sra. Bastonária, para que ela também possa tomar as medidas que são necessárias.*” -----

Pediu a palavra o Sr. Representante António Manuel dos Santos Nabo, CC 9593, do Círculo Eleitoral de Évora. -----

Dada a palavra ao Sr. Representante António Nabo, este disse, citamos, “*como todos sabem, nós passámos pelo período mais difícil da nossa Ordem desde que existimos e eu ia deixar aqui uma pergunta para a nossa Bastonária que é em relação ao futuro incerto que temos do ponto de vista político, se vai ou não existir ou, enfim, se espera que vá ou não existir alguma alteração à lei das Ordens? Essa situação estava, caso não tivesse havido eleições, ela seria colocada em cima da mesa. O Presidente da República já tinha dito que essa solução era para voltar à Assembleia, eu gostaria só de saber se a nossa Bastonária tem alguma informação, ou não, sobre esta matéria e se entende, ou não, partilhar connosco, digamos assim, e era só. Obrigado.*” -----

De imediato, foi dada a palavra à Sra. Bastonária, que começou por cumprimentar o Sr. Presidente e demais membros da MAR, os órgãos da OCC e todos os que estavam na plateia e à distância e, de seguida, lembrou que da Lei das Ordens resultou um estatuto

que reforçou a regulamentação da profissão, aliás, como se demonstraria com a discussão das alterações aos regulamentos, mantendo-se os atos próprios que foi o ponto essencial para a OCC, estando prevista uma revisão da mencionada Lei em, aproximadamente, três anos, todavia, era sua convicção que tal acontecerá a mais longo prazo. Referindo-se à evolução recente da conjuntura política nacional e ao que o programa da AD trás sobre esse assunto, verificando-se a possibilidade de serem reanalisados os estatutos das ordens profissionais, disse, citamos, “(...) *abrir alguns pontos negativos sobre aquilo que foi aprovado, mas não creio que, em relação à nossa Ordem, que não temos nenhum ponto negativo a apresentar sobre aquilo que ficou no nosso estatuto, se vá abrir esta questão. A não ser que, de facto, haja uma política que queira abrir para todos. Como sabem, no final deste processo, o Presidente da República promulgou uns, que foi o nosso caso, porque estávamos de acordo com o estatuto, não tínhamos nada a opor e vetou outros porque as ordens se manifestaram negativamente e bem, porque as ordens saíram, especialmente aquelas oito que foram votadas, muito prejudicadas deste processo (...). A OCC saiu-se bem, sem ser a Ordem dos contabilistas só mais duas é que acabaram por sair bem deste processo, o que significa que existem dezassete ordens insatisfeitas. (...) Portanto, eu acredito que, mesmo estando no programa da AD a reabertura deste processo, vai ser para as ordens que quiserem que esse processo reabra. Portanto, para já é este o meu feeling, a minha sensibilidade (...)*” -----

Esgotado o período de **antes da ordem do dia** passou-se de imediato ao **ponto 1** (um) da **ordem do dia**, *aprovação da ata da reunião de 29 de dezembro de 2023*, versão atualizada após os reparos acolhidos, que foi entregue aos Srs. Representantes quando da acreditação e publicada no site da Ordem, informou o Sr. Presidente da MAR, mais propondo a dispensa da leitura já que, também, foi oportunamente enviada e todos os Srs. Representantes e alertou que, o Sr. Representante que tinha acabado de tomar posse estava impedidos de votar, nos termos do número 3 do artigo 34.º do CPA. -----

Passando-se à votação e após a correspondente verificação dos votos, a ata da AR de 29 de dezembro de 2023, foi aprovada por unanimidade, com oitenta e quatro votos a favor, sem votos contra e sem abstenções: -----

De imediato, o Sr. Presidente da MAR seguiu para o **ponto 2** (dois) da **ordem do dia**, a *aprovação dos seguintes Regulamentos: Regulamento de Formação Profissional Contínua; Regulamento Disciplinar; Regulamento do Seguro de Responsabilidade Civil*

*Profissional; Regulamento das Sociedades Profissionais de Contabilistas Certificados, Sociedades de Contabilidade e Sociedades Multidisciplinares; Regulamento do Fundo de Solidariedade Social dos Contabilistas Certificados; Regulamento de Taxas e Emolumentos; Regulamento de Inscrição, Estágio e Exames Profissionais e Regulamento de Eleitoral*, convidando a Sra.. Bastonária ao uso da palavra para a apresentação destes documentos. -----

No uso da palavra, a Sra. Bastonária salientou que este processo se iniciou com a Lei n.º 12/2023, de 28 de março, trazendo grandes alterações à Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, que estabeleceu o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais (Lei-Quadro das Associações Profissionais), e à Lei n.º 53/2015, de 11 de junho, que estabeleceu o regime jurídico da constituição e funcionamento das sociedades de profissionais que estejam sujeitas a associações públicas profissionais, e que desencadeou exatamente a necessidade de ajustamento de todos os estatutos das ordens profissionais ao que ficou vertido naquela Lei. Seguiu-se um processo que introduziu alterações nos estatutos de todas as associações públicas profissionais que, no caso da OCC, finalizou em dezembro de 2023 com a aprovação do estatuto da Ordem, através da Lei 68/2023, de 7 de dezembro, com entrada em vigor em 1 de março de 2024. Foi, conseqüentemente prevista, naqueles normativos, a necessidade de ajustamento dos regulamentos em vigor. A OCC tem dez regulamentos em vigor e aqueles oito trazidos à AR eram os que, desde já, se impunha alterar, informou. -----

Continuando, a Sra. Bastonária fez o enquadramento geral da Lei n.º 68/2023. Em primeiro lugar sublinhou o facto de se manterem, e até se reforçaram, os atos próprios da profissão, pelo que o número 1, do artigo 10.º, do Estatuto da OCC, doravante EOCC, embora tenha sofrido alterações, não sofreu transformações na sua substância e, conseqüentemente, garantiu-se aquilo que foi sempre o grande objetivo e acrescentou, citamos, *“sem dúvida que a Ordem dos Contabilistas Certificados está de parabéns pela manutenção daquilo que é a sua essência. Por isso gostaria também de vos pedir aqui uma salva de palmas para isso. É a nossa vida.”* -----

Relembrou que, todas as alterações legislativas em relação às ordens profissionais são também, obviamente, conduzidas pelo ministério que as tutela e, no caso da OCC, foi o Ministério das Finanças que acompanhou todo este processo de alterações, em concreto a Secretaria de Estado dos Assuntos Fiscais, que esteve sempre ao lado da Ordem, a

defender que o interesse público da instituição não podia ser beliscado e também que, o trabalho realizado nos últimos 30 anos no que respeita à fraude e evasão fiscal, não se podia perder, sendo, pois, um trabalho conjunto no sentido de garantir isso mesmo. Referiu que, a manutenção e o reforço dos atos próprios demonstra exatamente isso, representa uma profissão que tem uma exclusividade de exercício, sendo que esta exclusividade existe, exatamente, porque é necessário garantir o interesse público da profissão, as questões éticas e deontológicas, bem como as responsabilidades principais, que se traduzem na assinatura das demonstrações financeiras e no cumprimento das obrigações fiscais, de forma rigorosa, exemplar, com integridade e com rigor, enfatizou a Sra. Bastonária. -----

Outro ponto significativo das alterações nas ordens foi a criação das sociedades multidisciplinares, destacou a Sra. Bastonária, que veio possibilitar que as sociedades das profissões reguladas exerçam as suas atividades em conjunto, nomeadamente, em profissões que, até agora, não o permitiam. Não era, de todo, o caso da OCC, pois, já era possível que as sociedades de contabilidade tivessem cem por cento de sócios não-contabilistas certificados e que tivessem outras atividades em conjunto com a atividade dos contabilistas certificados, no entanto, ainda assim, obrigou a que regulamento destas sociedades tivesse de ser todo alterado, saindo reforçado, de facto, destacando-se a questão disciplinar sobre estas sociedades, abrangendo todas, seja qual for a sua forma jurídica, de contabilidade, multidisciplinares ou sociedades profissionais de contabilidade, todos vão ficar abrangidas, de forma mais alargada, pela parte disciplinar. Isto é, esclareceu a Sra. Bastonária, aplicando-se também a não contabilistas certificados, portanto aos sócios, administradores e às próprias sociedades e aos seus responsáveis técnicos, a todos eles vai possível aplicar medidas disciplinares, disse a Sra. Bastonária, que, no seu entender, é das partes mais positivas que vamos ver, também já plasmadas em termos regulamentares, acrescentou. -----

Continuando referiu as alterações significativas quanto aos órgãos sociais das ordens. No caso da OCC, disse, passará a existir um Conselho de Supervisão independente, a quem caberá a supervisão, composto por cinco elementos, sendo que três deles serão não contabilistas certificados, e o Conselho Jurisdicional, a quem competirá o poder disciplinar, integrará, pelo menos, dois membros não contabilistas certificados, eleitos



pelo método D'Hondt. No Conselho de Supervisão vai existir, também, um provedor dos destinatários dos serviços que, embora vá integrar aquele órgão, não tem direito de voto.

Esclareceu ainda que, nas próximas eleições haverá também um novo método de eleição do Bastonário, já que, no caso do Conselho Diretivo, apenas vai à eleição o Bastonário e, posteriormente, este nomeará os restantes membros do Conselho Diretivo, que proporá para ratificação da AR. -----

Sublinhando o aumento do reforço da regulação trazido pelo novo estatuto, lembrou algumas das situações de incumprimento em matérias estatutárias que vão impedir os contabilistas certificados de exercer a profissão, referindo-se à não subscrição do seguro de responsabilidade civil, à falta de formação, que também impede o recurso ao seguro, bem como a não conformidade com os sistemas de verificação da qualidade, tendo, nestes casos, a OCC de comunicar diretamente às entidades, nomeadamente, à Autoridade Tributária, o impedimento daqueles contabilistas. -----

Assim, fazendo leitura do constante da ordem do dia, a Sra. Bastonária recordou, um a um, os regulamentos que iriam ser discutidos e votados naquele dia. Continuando a sua intervenção, a Sra. Bastonária, informou que, logo após a publicação do EOCC, a 7 de dezembro, começou-se a trabalhar nos regulamentos para evitar que a Ordem caísse num vazio legal, sendo a questão do acesso à profissão e da inscrição dos novos profissionais uma das maiores preocupações, e assim foi possível que, no dia 11 de janeiro, as oito propostas de regulamentos fossem disponibilizadas para discussão pública, durante trinta dias, nos termos do CPA. O período de discussão pública foi muito útil, adiantou, pois, conseguiram-se melhorar aquelas propostas, através das sugestões rececionadas. Foram realizadas sessões públicas de esclarecimentos no Porto, Viseu, Guarda, Lisboa, Faro, Coimbra, Aveiro e Braga e, também, duas sessões online. -----

Passando à explicação dos regulamentos, a Sra. Bastonária referiu desde logo que, o regulamento do Fundo de Solidariedade Social dos Contabilistas Certificados, é o único que não tem a ver com a alteração do estatuto, mas que era necessário modificar, de forma a nele se incluir a palavra *reforma por velhice ou invalidez*. Traduz-se num valor que é, em regra, retirado do resultado do exercício da Ordem para atribuir a esse fundo social, com vista a compensar contabilistas certificados em situação de insuficiência económica ou incapacidade para o trabalho resultante de acidente ou de uma situação que os impeça efetivamente de conseguir rendimentos até ao montante do salário mínimo nacional, em

suma, ou para quem tem uma reforma de velhice ou invalidez e que esteja, naquele momento, numa situação de incapacidade de ter esse sustento para si e para o seu agregado familiar. Infelizmente, o número destes casos, tem vindo a aumentar. -----

Referiu-se a seguir ao Regulamento Eleitoral, informando que este era claramente um dos que era necessário alterar. Primeiro pela sua importância de regulamentação própria para os próprios atos eleitorais e depois pelas alterações significativas trazidas pelo estatuto em relação aos órgãos sociais, novos órgãos e novas formas de eleição. E por isso mesmo é um regulamento que sofreu bastantes alterações. Ainda sobre este regulamento acrescentou que, na proposta estava previsto também o voto eletrónico, que acabou por ser retirado, optando-se por se manter o voto presencial e por correspondência, e isto porque, a ordem deparou-se com a necessidade de realizar um concurso público para aquisição dos meios eletrónicos adequados à realização do voto eletrónico, no entanto, desde a marcação das eleições até à votação, há um prazo estipulado de noventa dias, tempo que não permitia assegurar os procedimentos do referido concurso público. Uma das coisas que, em processos anteriores, atrasava o decurso da contagem de votos, era a existência de um caderno eleitoral em formato físico onde se dava a baixa dos votos, porém, neste regulamento, com o objetivo de agilizar o processo de contagem, optou-se por dispor apenas de um caderno eleitoral em formato eletrónico. Ainda em relação às alterações deste Regulamento, reiterou que, o mais significativo são os ajustamentos aos novos órgãos, acrescentando que, a OCC terá um Conselho de Supervisão, composto por cinco elementos, três não-contabilistas certificados e dois contabilistas certificados e ainda um sexto elemento que é o provedor dos destinatários dos serviços que não terá direito de voto. A eleição do Conselho de Supervisão vai ser feita em sufrágio universal, direto e pelo método D'Hondt, mas nem todos os membros. Os elementos do Conselho de Supervisão vão a votação em sufrágio universal porque, por cada lista apenas quatro elementos se apresentam a votação, dois contabilistas e dois não contabilistas, sendo o quinto elemento, não contabilista, cooptado pelos restantes, após a respetiva eleição. Existirá ainda um provedor, que não se apresenta a eleições, sendo sugerido pelo Conselho de Supervisão e ratificado pelo Bastonário. O presidente será eleito entre os cinco elementos, e terá de ser, obrigatoriamente, um não contabilista certificado. -----

Quanto ao Conselho Jurisdicional a Sra. Bastonária esclareceu que, vai ser composto por três contabilistas certificados e dois não contabilistas certificados eleitos, igualmente, em

sufrágio universal, direto e pelo método D'Hondt, sendo o mais votado o Presidente. Destacou ainda que, nestes órgãos, o método de D'Hondt será independente para cada um dos elementos que se estão a candidatar quer sejam não contabilistas certificados ou contabilistas certificados. Relembrou também que, à semelhança das últimas eleições, as candidaturas terão de obedecer à paridade. -----

Em relação ao Bastonário acrescentou que, há uma nova forma de eleição. Será eleito de forma autónoma, independente, vai à votação sozinho, em sufrágio universal e direto, e só depois da sua eleição é que nomeará os membros do Conselho Diretivo, cuja nomeação, antes do início de funções, submete à apreciação e ratificação da AR. -----

Passando ao Regulamento das Sociedades Profissionais de Contabilistas Certificados, das Sociedades de Contabilidade e das Sociedades Multidisciplinares, a Sra. Bastonária, considerou que este Regulamento foi bastante alterado, especialmente pela introdução destas últimas sociedades. As sociedades profissionais de contabilistas certificados já estavam previstas no estatuto, no entanto, com as alterações agora introduzidas, estas passam a ter só, obrigatoriamente, 51% do capital quando era 100% e se não tiverem os 100% já podem não cair na transparência fiscal dependendo isto do cumprimento ou não dos demais requisitos. Acrescentou que, o regime das sociedades de contabilidade não sofreu alterações e que, no conceito de sociedades multidisciplinares, terá de existir, entre os sócios, pelo menos, um contabilista certificado. Questionou a Sra. Bastonária: *o que é que distingue a sociedade multidisciplinar de uma sociedade de contabilidade?* Respondendo á sua própria questão, esclareceu que, as primeiras só têm atividades reguladas, se tiverem outras atividades, para além das reguladas, é uma sociedade de contabilidade, que mantém o dever de se inscrever na instituição, porém, já não é membro da ordem. Para as sociedades de contabilidade continua a existir a obrigatoriedade de nomear um diretor técnico e é também exigido que, caso o único sócio administrador ou gerente seja contabilista certificado, tem de ser esse o diretor técnico. Acresce que, em virtude da alteração, quer da lei-quadro, quer da lei das associações profissionais, os sócios, os administradores e os gerentes destas sociedades ficam sujeitos à jurisdição disciplinar, mesmo não sendo contabilistas certificados. A violação da nomeação do diretor técnico, impede as sociedades de prestarem serviços de contabilidade e permite à ordem denunciar a situação à conservatória, com vista à dissolução da sociedade. Estas normas, sublinhou a Sra. Bastonária, permitem uma melhor regulamentação da profissão

e espera-se que existam, efetivamente, mecanismos que permitam atuar junto das sociedades que não cumpram com o estatutariamente previsto, designadamente, a nomeação de um diretor técnico. Neste regulamento atendeu-se ao constante de vários diplomas, designadamente, à lei das associações profissionais; à lei base; ao estatuto e ainda à Lei 64/2023, de 20 de novembro, que alterou o regime jurídico da constituição e funcionamento das sociedades profissionais. -----

Em relação ao Regulamento Disciplinar, a Sra. Bastonária começou por referir que, houve, também, bastantes modificações e houve uma clarificação na tramitação do recurso e do processo de revisão. Existem alterações no que diz respeito ao efeito suspensivo da decisão aquando da interposição do recurso; à jurisdição disciplinar relativamente às sociedades profissionais, sociedades de contabilidade e sociedades multidisciplinares, assim como aos sócios-gerentes e administradores, contabilistas certificados ou não dessas sociedades; introdução de uma norma em que se prevê que o cancelamento da inscrição não faz cessar a responsabilidade disciplinar; possibilidade de aplicação de sanções acessórias com o propósito de garantir o cumprimento dos deveres profissionais, agindo de forma pedagógica; o não cumprimento dos deveres previstos nos regulamentos da Ordem, como por exemplo, a formação e a certificação de qualidade, pode conduzir a sanções de suspensão, além do impedimento automático de submissão de declarações fiscais, após comunicação da Ordem à Autoridade Tributária. -----

Passando ao Regulamento da Formação Profissional Contínua, a Sra. Bastonária, destacou que, passa a existir a possibilidade de o Conselho Diretivo deliberar a obrigatoriedade de uma formação profissional contínua ou matéria formativa para todos os contabilistas certificados, devendo a Ordem disponibilizar o Plano Anual de Formação Profissional Contínua até ao final do mês de novembro do ano anterior a que disser respeito. Ficou também previsto que, o incumprimento não justificado ou derogado dos créditos de formação anual, impede automaticamente o contabilista de exercer a profissão. Para se estar inscrito na OCC tem de se cumprir a ética, princípios e requisitos, e esses requisitos têm de ser, obviamente, observados para se poder exercer a profissão, em exclusividade. O regulamento da formação é bastante extenso, e nele constam muitas derrogações, e referiu como exemplo, o caso de doença e gravidez de risco, sempre com o propósito de não prejudicar ninguém. Acresce que, frisou a Sra. Bastonária, há formação gratuita para todos os contabilistas certificados, pelo que, só não frequenta formação

quem não o pretende fazer, até porque, também, a formação poderá ser ministrada por qualquer entidade que proporcione formação e solicite a devida equiparação, não tendo de ser realizada, necessariamente, na Ordem. -----

Quanto ao Regulamento de Seguro de Responsabilidade Civil, a Sra. Bastonária disse que, não seria necessário existirem alterações, não fosse o facto das alterações verificadas ao próprio EOCC, ficando o valor definido, atualmente, por portaria do Ministério das Finanças, cuja publicação se aguarda a qualquer momento. Este regulamento existe porque a OCC se substituiu a todos os contabilistas na negociação e na aquisição deste seguro, pelo facto de que é muito difícil a sua contratação e, também, já no passado, com outros Conselhos Diretivos, sempre foi este o método seguido em que a própria Ordem, com as quotas dos membros, negocia e adquire este seguro, que, nesta ocasião, se mantém nos cinquenta mil euros. A sinistralidade foi muito elevada, no entanto, com a aplicação do justo impedimento; da Lei 7, em concreto; a alteração do RGIT e das férias fiscais, foram criadas melhores condições, conseguindo-se diminuir consideravelmente a sinistralidade, estando esta, agora, controlada. A Sra. Bastonária alertou ainda para o caso do contabilista certificado que não tenha o pagamento das quotas regularizado, ficará sem acesso ao seguro negociado pela Ordem, no entanto, para o exercício da profissão tem de estar abrangido por algum seguro desta natureza, porque o EOCC assim o impõe. -----

A seguir a Sra. Bastonária esclareceu acerca do Regulamento de Inscrição, Estágio e Exames Profissionais, acrescentando que, o que está previsto na Lei-Quadro e no EOCC são três novas vias de acesso. Foi reduzido o período de estágio e eliminada a análise exaustiva dos currículos dos candidatos. O que está disposto no artigo 17.º do EOCC, é a base de acesso. Só pode aceder à OCC quem tiver uma licenciatura, um mestrado ou doutoramento nas áreas das Ciências Empresariais, Contabilidade, Gestão, Economia, Finanças ou Fiscalidade. Ainda assim, há uma abertura a outras áreas conexas, porque podem existir cursos que, pese embora não sejam das Ciências Económicas, podem ter componentes e um conjunto curricular que seja praticamente equivalente a um curso de Ciências Económicas, por exemplo, um candidato que tenha uma licenciatura em Engenharia e faça um mestrado em gestão ou em finanças ou um candidato com o curso de Direito, com mestrado em fiscalidade, poderão requerer a sua candidatura à OCC. A primeira via de inscrição, a mais simplificada, respeita a cursos superiores com estágios integrados, sendo que todos os estágios curriculares têm de ter protocolo com a Ordem,

devendo os candidatos frequentar uma formação de deontologia e boas práticas, com o mínimo de 16 horas e máximo de 32 horas, que poderá ser ministrada à distância, obrigatoriamente realizada pela OCC, ficando os candidatos sujeitos a uma prova escrita de duas horas, assim, nesta primeira opção, o candidato já tem o estágio curricular feito e frequentará apenas uma formação obrigatória ministrada pela Ordem e uma prova escrita. A segunda via de inscrição, pressupõe que o candidato tenha licenciatura, mestrado ou doutoramento nas áreas das ciências económicas, mas não tem estágio curricular, portanto, não está num curso que esteja tão vocacionado para construir o perfil do contabilista certificado, mas que ainda assim é da área de ciências económicas e dá acesso à OCC, este sujeitar-se-á a uma prova escrita de 4 horas sobre matérias relativas ao exercício da profissão. Faz-se uma avaliação dos conhecimentos do estágio, porque ainda não foi feito em termos curriculares, com o objetivo de perceber se o candidato tem o conhecimento necessário para preencher o perfil do contabilista certificado. Nesta segunda opção, há também a possibilidade de dispensa de estágio, desde que os candidatos tenham experiência profissional de, pelo menos, 3 anos nos últimos 10 anos, isto é, que estejam numa área de contabilidade ou fiscalidade e que possam enveredar pela OCC. Já na terceira hipótese, quando não existem pré-requisitos de estágios, nem curricular, nem profissional, nem experiência profissional, obrigará a uma formação já de média duração, com as matérias indispensáveis ao exercício da profissão, em que ficou definido no regulamento o mínimo de 84 horas e máximo 6 meses, sendo que em cada módulo, em princípio serão 4, haverá uma prova escrita. Se os candidatos tiverem avaliação positiva nos quatro módulos, passam a integrar a OCC. Continuando, a Sra. Bastonária sublinhou que, todas estas alterações tinham de ser ajustadas no Regulamento de Taxas e Emolumentos, e neste foram reduzidos os valores da inscrição na Ordem, pelo que, para os candidatos que seguirem a primeira opção, o acesso à Ordem ficará em cerca de 300 euros, para os da segunda, rondará os 400 euros e quem fizer a formação modular, poderá pagar 500 euros, porque estes são módulos com muitas horas despendidas, que se pretende que preparem bem os futuros contabilistas. -----

Concluindo a sua intervenção, nesta fase, a Sra. Bastonária esclareceu que os regulamentos, após aprovados, teriam de ser publicados em Diário da República e só após a publicação entrariam em vigor, exceto o Regulamento de Inscrição, Estágio e Exames Profissionais que, previamente à publicação, teria de ser remetido à tutela para ratificação

desta. Terminou solicitando aos Srs. Representantes a aprovação das propostas de regulamentos para o bom seguimento da vida da OCC. -----

Dando continuidade aos trabalhos, o Sr. Presidente da MAR convidou o Sr. Presidente do Conselho Jurisdicional para se pronunciar, querendo, ou se, além dos pareceres emitidos sobre estas propostas de regulamentos, tinha alguma coisa a acrescentar, tendo o mesmo respondido negativamente. -----

Posto isto, o Sr. Presidente da MAR, questionou se algum dos Srs. Representantes pretendia usar da palavra. Inscreveram-se, para se pronunciarem, os Srs. Representantes Carlos Augusto Cordeiro Sousa, CC 90047, do Círculo Eleitoral de Setúbal; Pedro Nuno Bastos Lima, CC 43050, do Círculo Eleitoral dos Aveiro; António Manuel dos Santos Nabo, CC 9593, do Círculo Eleitoral de Évora; Daniel Pedro de Matos Albuquerque, CC 2403, do Círculo Eleitoral de Lisboa; Maria Teresa Eva das Neves, CC 19591, do Círculo Eleitoral de Lisboa; Emanuel Norberto Lourenço Silveira Cordeiro, CC 12255, do Círculo Eleitoral dos Açores; Vitor Alexandre Lopes Pereira Vicente, CC 37094, do Círculo Eleitoral de Lisboa; Pedro Miguel Baptista Pinheiro, CC 70117, do Círculo Eleitoral de Lisboa; António Carlos Gomes Dias, CC 17917, do Círculo Eleitoral de Vila Real e Sílvio Carvalho Vilão, CC 3063, do Círculo Eleitoral de Coimbra. -----

Dada a palavra ao Sr. Representante Carlos Sousa que, após cumprimentar o Sr. Presidente da MAR, a Sra. Bastonária, os Senhores Presidentes do Conselho Fiscal e do Conselho Jurisdicional, os restantes membros dos órgãos, os colegas representantes e demais participantes, afirmou que, após um ano de muito trabalho, exigência e desafios, estavam perante um trabalho excecional, a apresentação das propostas de regulamentos e que, relativamente a estas, se iria debruçar apenas sobre a questão da formação. Continuou sublinhando que, a aposta na formação com a descentralização das reuniões presenciais foi uma medida favorável para os contabilistas, citamos, *“oportunidade de acrescentar naquilo que é o seu conhecimento e a sua atualização, mas que, pelos dados que temos visto, não têm tido a correspondente participação”*. Continuando a sua intervenção, disse, citamos, *“No entanto, as medidas tomadas com o CCclix, as diversas alternativas disponíveis para consulta, têm sido algo excecional. Mas todo o conjunto destas medidas que foram tomadas são muito importantes para aquilo que é esta questão da formação. A qualidade do trabalho e a conseqüente remuneração do mesmo exige de todos nós uma preparação técnica capaz de cumprir as obrigações legais da profissão.*

*Se há avenças baixas, aliás, muito baixas, é porque o trabalho respetivo não obedece aos requisitos legais e regulados. A formação e a exigência desta é um bem necessário para o bom exercício da nossa profissão e para a melhoria das condições de vida dos contabilistas. As consequências que estão previstas resultantes do não cumprimento desta medida é imprescindível para o sucesso da mesma. Mais uma vez, agradecer o trabalho excecional que foi a elaboração destas propostas de regulamento, que com certeza contam com o meu voto favorável e com o de todos vós. Obrigado.” -----*

Dada a palavra ao Sr. Representante Pedro Lima que, após cumprimentar o Sr. Presidente e restantes membros da MAR, a Sra. Bastonária e restantes elementos do Conselho Diretivo, o Sr. Presidente e respetivos membros do Conselho Jurisdicional, o Sr. Presidente e restantes membros do Conselho Fiscal, os colegas Representantes e demais colegas presentes nas galerias, mencionou que era um dia muito importante para a AR e de muita responsabilidade. Citou ainda a Sra. Bastonária em entrevista publicada na revista de fevereiro de 2024 e declarou sentir-se honrado por ser testemunha da sua ambição ao afirmar que, citamos, “*quero que a profissão de contabilista certificado seja a mais importante da área das Ciências Económicas*”, pois, sempre ansiou isso mesmo. Parabenizou a Sra. Bastonária pela rapidez como elaborou e apresentou à discussão pública os regulamentos, por forma a que o governo ainda em funções os aprove, referindo, ainda, que iria destacar 4 aspetos, que para si, na vida prática, são de extrema importância. Referiu-se a seguir ao Regulamento das Sociedades Profissionais, opinando que, o impedimento de ser prestado o serviço de contabilidade deveria ser célere e público, para demonstrar que o estatuto trouxe mudanças que se aplicam e funcionam. Já em relação ao Regulamento de Formação Profissional Contínua, salientou que, a possibilidade de o Conselho Diretivo deliberar a obrigatoriedade de uma formação profissional para todos os contabilistas certificados deveria ser, dentro do possível, comunicada em novembro do ano anterior e realçou também que, o incumprimento não justificado ou derogado dos créditos de formação anual, impediria automaticamente o contabilista certificado de exercer a profissão. Relativamente ao Regulamento de Inscrição, Estágio e Exames Profissionais, e no que respeita à formação modular, afirmou que considerava importante quer que, a avaliação final deveria ser composta pelo fator curricular e profissional, quer que, era urgente trazer novos colegas, com novas ideias para a profissão, citamos, “*pois está aqui o futuro da nossa profissão*”. Concluiu a sua intervenção com uma outra citação, retirada da revista de fevereiro de 2024, da OCC,



*“não perguntem o que é que a vossa Ordem pode fazer por vocês, perguntem o que é que vocês podem fazer pela vossa Ordem e já agora pela vossa profissão”*, declarando que a OCC já tinha feito muito pelos profissionais, cabendo a cada um contribuir para um futuro melhor, para que os contabilistas certificados consigam ser valorizados, dignificados e acima de tudo bem remunerados pelos serviços que prestam e assim atrair jovens para a profissão.-----

Dada a palavra ao Sr. Representante António Nabo, este começou por cumprimentar o Sr. Presidente da MAR, a Sra. Bastonária e os demais colegas. Seguidamente, referiu, citamos, *“Eu vinha apenas trazer um alerta em relação ao acesso à profissão. É interessante nós termos este tipo de exames de tudo, tudo bem. Contudo, isso afasta os jovens. É um facto. Mais 400 euros de custo é metade do ordenado deles. Por isso, eu gostava de deixar aqui um alerta, porque como o colega Pedro acabou de dizer, temos pouquíssimas pessoas abaixo dos 40 anos e não temos uma profissão atrativa. -----*

*Vou só finalizar com um exemplo. No escritório onde eu trabalho, existem três pessoas novas que chegaram há menos de um ano, nenhuma me quer substituir e eu estou a 7 anos da reforma. Estou farto de dizer, “eu ajudo no que for preciso”, “nem pensar”. Por isso eu queria deixar aqui este alerta, que acho que reflete um pouco do que se está a passar. Só mesmo para terminar, nos últimos exames tivemos 12 pessoas em Évora.” ---*

Dada a palavra ao Sr. Representante Daniel Albuquerque que cumprimentou todos os colegas, inclusive os que estavam à distância. Evidenciou, desde logo, o enorme trabalho executado, em pouco tempo, que tinha culminado com os regulamentos que estavam em discussão. De seguida, questionou como se iria processar o incumprimento da formação contínua, para efeitos do disposto no n.º 3, do artigo 10.º do respetivo regulamento e a notificação prevista no n.º 1, do artigo 19.º do Regulamento Disciplinar, ao referir a nova modalidade que é a transmissão eletrónica de dados. Terminou a sua intervenção afirmando estar muito satisfeito com todo o trabalho desenvolvido pela Ordem e que iria votar favoravelmente as propostas de regulamentos. -----

Dada a palavra à Sra. Representante Teresa Neves, esta iniciou a sua intervenção cumprimentando o Sr. Presidente e todos os membros da MAR, a Sra. Bastonária e os restantes membros do Concelho Diretivo, o Sr. Presidente e todos os membros do Conselho Jurisdicional, o Sr. Presidente e todos os membros do Conselho Fiscal, os colegas presentes e os que participavam à distância. Ato contínuo, agradeceu à Sra.

Bastonária quer a manutenção das competências da profissão, quer a forma como decorreu a discussão pública dos regulamentos, quer ainda o facto de constar no Regulamento Eleitoral que os votos recebidos na OCC no próprio dia das eleições serão aceites. No que toca ao Regulamento de Seguro de Responsabilidade Civil, realçou a sua preocupação pelo facto de ainda não serem conhecidos os valores mínimos e de a OCC poder continuar a suportar este custo, sempre que possível, designadamente, para não criar um desnível nas condições de exercício da profissão em relação a colegas que trabalham individualmente ou em pequenas estruturas e não possam suportar tal encargo. Entretanto, o Sr. Presidente da MAR, considerou relevante questionar a Sra. Bastonária, na senda do que estava a ser analisado, sobre o que é que se pensa fazer com vista à captação de novos membros, porque, citamos, *“nós vamos precisar deles, sem dúvida nenhuma.”* -----

Dada, seguidamente, a palavra ao Sr. Representante Emanuel Cordeiro, o mesmo mencionou que os contabilistas certificados têm de se reinventar, para atrair jovens para a profissão, aliciando-os e, sugeriu, com complementos de reforma atrativos, ou até mesmo, assumindo o pagamento parcial dos custos com o exame à Ordem ou a formação. Mais, poderia ser pensada uma tabela salarial coordenada entre Ordem e as entidades competentes, com outra valorização do contabilista e, assim, o propósito de aumentar o número de inscrição de Contabilistas Certificados. Por último, colocou uma questão sobre a obrigatoriedade de celebrar contrato escrito entre o gabinete de contabilidade e o cliente, no sentido de saber se era um dever para todos, porque tem conhecimento que muitos colegas de profissão não cumprem esta obrigação. -----

Dada a palavra ao Sr. Representante Vitor Vicente, o mesmo congratulou-se por ter alertado, em março do ano anterior, quando da discussão do então Relatório e Contas, para o futuro da profissão, pelo facto de se constatar a redução significativa do número de membros na profissão. Quanto ao estatuto e aos regulamentos, no seu entender, aumentam gravemente as exigências para todos os que estão a trabalhar. Em relação aos jovens, afirmou, o problema não são os salários, mas a ideia de que apenas trabalham até determinada hora, sendo esta situação transversal a todos os sectores de atividade. Aliás, na auditoria o valor das remunerações é superior ao sector da contabilidade e também têm graves problemas de recrutamento. Seguidamente, indagou, se os colegas com mais de 40 e 50 anos continuarem a desistir da profissão, quem é que vai existir para trabalhar?

Prosseguiu referindo que há muitos colegas com 40, 50 e 60 anos, que ainda estão perfeitamente capazes, mas que estão a desistir por causa da enorme responsabilidade assacada à profissão, deixando os profissionais de ser contabilistas, para serem técnicos do Estado, com uma enorme panóplia de obrigações legais, fiscais e para fiscais, para cumprir em nome dos clientes. Ao dia 15, o contabilista está a pensar nas entregas das declarações de IVA mensais, nas retenções na fonte, nas seguranças sociais; chegando a dia 20, é necessário efetuar os planos de flexibilização, para enviar para os clientes para pagarem no dia 25 e depois o processamento de salários. Terminou a sua intervenção alegando que não tem soluções, pois, se as tivesse já as teria partilhado, mas neste momento, em seu entender, é complicado recrutar jovens, no entanto, não é o dinheiro que está em causa e que, nesse sentido, seria conveniente pensar na aplicação procedimental dos regulamentos e não os levar tão à letra, com o objetivo de facilitar o respetivo cumprimento na prática. -----

Dada a palavra ao Sr. Representante Pedro Pinheiro que após cumprimentar o Sr. Presidente e demais membros da MAR, a Sra. Bastonária e restantes membros do Conselho Diretivo, o Sr. Presidente do Conselho Jurisdicional e Conselho Fiscal e nas respetivas pessoas os demais membros dos órgãos que superiormente presidem, desde logo, referiu que pretendia enaltecer dois aspetos. Um deles, felicitar a Sra. Bastonária e o Conselho Diretivo pelo facto de os contabilistas certificados manterem as suas competências exclusivas. Outro, preocupante, o futuro da profissão, pois, poderá existir um problema de sustentabilidade da profissão. O que é necessário é demonstrar que a profissão tem futuro, que há espaço para que as pessoas possam ter uma carreira, dentro daquilo que ambicionam e, para isso, há que procurar soluções e formas de atrair os jovens e mostrar que vale a pena apostar na profissão. -----

Dada a palavra ao Sr. Representante António Dias, este cumprimentou, na pessoa do Sr. Presidente da MAR, todos os presentes. Prosseguiu afirmando que, há uns anos, quando começou a fazer parte da AR, havia a preocupação de os procedimentos automatizados poderem destruir a profissão, mas tal automatismo trouxe qualidade de vida, porque facilitou o modo de exercício da atividade. Partilhando da posição do anterior orador, afirmou que, há que ser mais atrativo e divulgar que a profissão está a melhorar, pois, a tecnologia tem ajudado, que as tarefas rotineiras estão em vias de extinção e que o contabilista certificado é cada vez mais técnico, consultor especializado, que ajuda a

trazer valor acrescentado àquilo que é a profissão, mas sobretudo valor acrescentado àquilo que os empresários precisam. Continuou garantindo que, citamos, “*é para mim um orgulho ter pertencido, ao primeiro mandato da Dra. Paula Franco, ter pertencido à Assembleia por Vila Real*”, ter visto crescer a profissão, acompanhar a manutenção das competências exclusivas, a criação da Lei 27, o justo impedimento e constatar que a profissão tem vindo a progredir paulatinamente e que contabilistas certificados foram fundamentais na pandemia e no exercício da atividade económica. É necessário, afirmou, arranjar uma linguagem positiva que chegue aos jovens, por natureza insatisfeitos, para transmitir a vontade de querer entrar na profissão. -----

Dada a palavra ao Sr. Representante Sílvio Vilão, este iniciou a sua intervenção cumprimentando o Sr. Presidente e demais membros da MAR, a Sra. Bastonária e o Conselho Diretivo, o Sr. Presidente do Conselho Jurisdicional, o Sr. Presidente do Conselho Fiscal e os restantes colegas e, de imediato, partilhou com todos que na semana anterior, uma professora do distrito de Coimbra, concelho de Penacova, o havia contactado solicitando-lhe que uma equipa de contabilistas certificados se deslocasse à escola a fim de motivar os seus alunos, porque, efetivamente, verificou que aqueles não estavam suficientemente motivados. Conseguindo-se, através da escola, transmitir aos jovens as valências, conhecimento, importância social e posicionamento profissional dos contabilistas certificados talvez, fosse uma forma de ajudar a profissão e motivar os jovens, sugeriu o Sr. representante. -----

Seguidamente, foi dada a palavra à Sra. Bastonária, para responder às solicitações que lhe tinham sido dirigidas. No uso da palavra, a Sra. Bastonária, começou por agradecer ao Sr. Representante Carlos Sousa que realçou o trabalho excepcional na elaboração destas propostas de regulamentos. Já quanto ao alegado pelo Sr. Representante Pedro Lima, que aludiu às suas declarações proferidas na revista, reforçou que a profissão de contabilista certificado tem de ser a mais importante, pois, produz toda a informação, com qualidade e rigor, que serve de base para todas as outras áreas das ciências económicas e, por isso mesmo, isso tem de ser da perceção de todas as pessoas. Em relação à rapidez na preparação dos regulamentos, houve um grupo de trabalho que trabalhou durante quatro dias, em equipa “*um grupo que se fechou quatro dias, dia e noite, e os regulamentos saíram*”. Relativamente ao impedimento em prestar serviços, a Ordem informará a Autoridade Tributária de quem são os contabilistas aptos para prestar a sua atividade, bem

como os sujeitos a suspensões, os que não cumprirem serão retirados do ficheiro a remeter à Autoridade Tributária. No que respeita à atração de jovens, na primeira campanha em 2017 e 2018, este assunto foi abordado, desde logo houve um alerta para o envelhecimento da profissão e para a dificuldade em reter jovens, lembrou a Sra. Bastonária, e houve quem considerasse existirem contabilistas e concorrência a mais. O que se previu está a acontecer, pois há poucos contabilistas e poucas pessoas das áreas das ciências económicas a chegarem à profissão, e os que pertencem à classe têm já, em média, uma idade avançada, temos uma percentagem elevada acima dos 65 anos. Aliás, o Sr. Representante António Nabo referiu exatamente isso, que o exame e as regras de acesso podem afastar os jovens da profissão. É por isso que faz um esforço, assegurou a Sra. Bastonária, por estar presente sempre que recebe um convite para se deslocar a escolas para falar da profissão, para lhes mostrar a parte positiva da profissão, a paixão e o gosto pela profissão. A exigência, o grau de responsabilidade que existe na profissão, que é difícil e que exige enorme sabedoria, conhecimento e grande preparação, efetivamente não é para todos, e não pode ser desvalorizada, afirmou. A Sra. Bastonária lembrou também que, ainda existem muitos contabilistas certificados mal preparados que têm de ser ajudados, porque a profissão é exigente, à semelhança do que sucedeu quando o SAFT ia entrar em vigor, naquela caminhada pelo país, conseguimos ir a escritórios de colegas, ajudámos imensos, citamos, *“e eu hoje ando pelo país todo e vejo colegas a aplicar a integração, colegas que trabalham sozinhos, colegas já de uma idade avançada, a aplicarem com toda a facilidade as integrações, a diminuírem tempos de trabalho e a terem uma capacidade completamente diferente”*. A par disso, continuou a Sra. bastonária, há que adotar e otimizar sistemas, também a inteligência artificial, como aventou o colega António Nabo, para que os contabilistas certificados possam ter os seus momentos pessoais, como os jovens preconizam, não facilitismos, mas há que criar a paixão para ter melhores profissionais. E continuando, afirmou, citamos, *“Hoje os salários dos colaboradores são altíssimos. Hoje os salários de um contabilista certificado triplicaram face há 6 anos atrás. As avenças acompanharam isto? Não. Porquê? Porque os contabilistas não se sabem valorizar e não sabemos estar unidos. Já estamos muito melhores. Evoluiu-se imenso. Mas com estes discursos de que a profissão é horrível, só servimos o Estado, somos funcionários do Estado, meus caros, não vamos a lado nenhum. Isso é voltar a 6 anos atrás. É isso que queremos? Não. Acho que nenhum contabilista.”*

Atualmente, sublinhou a Sra. Bastonária, os jovens recebem o diploma da Ordem com

orgulho, conhecem a vida da instituição, o que não acontecia há seis anos. Ainda assim, naturalmente, que um jovem não pode acabar o seu curso, inscrever-se na Ordem e pensar que está apto a ser responsável por uma contabilidade, porque não tem a experiência necessária. A profissão é exigente, tem muitas responsabilidades, mas tem futuro. Se o contabilista certificado executar apenas as suas obrigações consegue fazê-lo, no entanto, muitas vezes, faz tudo, quer ajudar o cliente, e bem, mas não é capaz de se impor, aumentando os honorários e simplificando o seu trabalho. A par da responsabilidade, o contabilista certificado tem um poder enorme, mas tem de ter, também, uma ética gigantesca, para não ceder a pressões e continuou afirmando, citamos, *“Os contabilistas certificados têm na sua mão um poder inimaginável. Podem fazer o que querem. E o que não querem, muitas vezes que é uma tentação enorme por isso é que esta profissão tem muita pressão. Tem muita pressão porque se fazem coisas erradas, porque se cede à pressão de clientes, porque todos, se não for eu a fazer, há um colega ao lado que faz. É aqui que temos que mudar.”* Lembrou que, o poder mal aplicado pode ter graves consequências. De seguida, sublinhou que, citamos, *“(.) é este o caminho que temos que fazer. Mas este caminho, só lá chegamos quando estivermos nesse nível, quando percebermos que temos uma profissão de que temos que nos orgulhar, que temos uma profissão com uma competência elevadíssima, que é exigente, é verdade, mas que é a profissão que escolhemos, que amamos e que queremos abraçar. Quando estamos insatisfeitos com o que estamos a fazer, não podemos nem ser felizes, nem fazer feliz a nossa família, nem ser competentes no trabalho. Portanto, meus caros, mudar mentalidades. Não há paciência para a conversa dos coitadinhos, desculpem. Os contabilistas são altamente competentes, são os profissionais de excelência, são os melhores profissionais para mim, desculpem, não posso dizer outra coisa que não isto. São os mais importantes na sociedade, ao lado de outros. E por isso o caminho tem que ser este e os jovens têm que ouvir isto. Não podem ouvir “na nossa profissão trabalhamos para o Estado, cedemos para o Estado”, não, eu trabalho para o meu cliente. Alguma vez eu trabalho para o Estado? Desculpem, eu não trabalho para o Estado. O Estado tem obrigações que estão sobre as empresas e que sou eu a contabilista que as cumpro. Isso é completamente diferente. É verdade que o Estado passou para as empresas muitas obrigações que fazia, é, mas, lá está, onde é que as associações empresariais que muitos contabilistas fazem parte estiveram a discutir isto? Essas é que têm que discutir isso e é que têm que diminuir as obrigações que as empresas têm. Nós temos um nicho de*

*mercado, então vamos estragar o nosso nicho de mercado? Eu também concordo que se deve tirar muitas obrigações, mas não deixa de ser um nicho de mercado para os contabilistas. Agora, os contabilistas que não sabem ganhar dinheiro? Pois claro, é melhor acabar com elas porque assim acabamos com tudo. Já agora acabar com as empresas que nos dão imenso trabalho. Enfim, bom, deixo essa reflexão.” -----*

Lembrou ainda que, atualmente, o contabilista certificado acaba por ter menos responsabilidade em virtude da entrada em vigor do justo impedimento; das férias fiscais; da Lei 7/2021; do artigo 32.º do RGIT e do 24.º do LGT. Para atrair jovens é necessário aumentar salários e as empresas de contabilidade precisam de ter rendimentos para acompanhar esse incremento; implementar tecnologias, também por isso é que a Ordem apostou no TOConline, não ficando dependente do mercado, com vista a servir os contabilistas para que sejam melhores profissionais e tendo como objetivo último o interesse público. Para além disto, é preciso haver união, aumentar avenças e diminuir o número de clientes e não haver um colega do lado que faz diferente, o que significa que é preciso mudar mentalidades. Logo cada um deve estar ciente, reiterou a Sra. Bastonária, de que trabalha para o cliente e não para o Estado e que cumpre as obrigações que o Estado impõe aos seus clientes. Importa motivar os jovens e garantir que esta é uma profissão em que se deve apostar. -----

Referindo-se às Taxas (Regulamento de Taxas), assunto trazido pelo Sr. Representante António Nabo, a Sra. Bastonária reconheceu que, efetivamente, são elevadas, no entanto, a formação é de excelência. Ainda assim, assegurou que, percebendo a preocupação, seria um assunto para se refletir e eventualmente rever, em função dos custos que se apurarem. Relativamente ao afirmar de que o novo estatuto agrava a responsabilidade do contabilista certificado, como alegou Vítor Vivente, a Sra. Bastonária asseverou que é um estatuto que dignifica a profissão, não agrava responsabilidade, mas exige-a e considerou que as palavras de Pedro Pinheiro são de motivação para os jovens abraçarem a profissão. São mensagens essenciais e positivas, exclamou, terminando esta sua intervenção chamando ainda à atenção para um Acórdão que, recentemente, tinha aplicado a Lei 7/2021 e os artigos 24.º e 29.º do EGIT, o que lhe proporcionou uma satisfação enorme, porque “nós fizemos história”. -----

No uso da palavra, o Sr. Presidente da MAR afirmou que, em seu entender, a profissão tinha de dar um salto; tinha de evoluir tecnicamente; simplificar trabalhos; pagar melhor

aos contabilistas certificados; sensibilizar os empresários para a dimensão e valor ao trabalho dos contabilistas certificados e, nesse sentido, era importante regular a profissão. De imediato, e tendo em consideração que ninguém manifestou a sua intenção de mais intervir, o Sr. Presidente da MAR informou que se iria proceder à votação dos oito regulamentos, individualmente considerados. -----

Passando-se à votação e após a correspondente verificação dos votos, o Sr. Presidente da MAR, anunciou que, -----

**O Regulamento da Formação Profissional Contínua**, foi aprovado com. -----

*-Votos contra: 1 (um). Presenciais: 0 (zero); à distância: 1 (um). -----*

*-Abstenções: 1 (um); Presenciais: 0 (zero); à distância: 1 (um). -----*

*-Votos a favor: 81 (oitenta e um); Presenciais: 71; (setenta e um); à distância: 10 (dez)*

**O Regulamento Disciplinar**, foi aprovado com: -----

*-Votos contra: 0 (zero). -----*

*-Abstenções: 2 (dois); Presenciais: 0 (zero); à distância: 2 (dois). -----*

*-Votos a favor: 81 (oitenta e um); Presenciais: 71; (oitenta e um); à distância: 10 (dez)*

**O Regulamento do Seguro de Responsabilidade Civil**, foi aprovado com: -----

*-Votos contra: 0 (zero). -----*

*-Abstenções: 3 (três); Presenciais: 0 (zero); à distância: 3 (três). -----*

*-Votos a favor: 80 (oitenta); Presenciais: 71; (setenta e um); à distância: 9 (nove)-----*

**O Regulamento das Sociedades Profissionais de Contabilistas Certificados, Sociedades de Contabilidade e Sociedades Multidisciplinares**, foi aprovado com: ---

*-Votos contra: 0 (zero). -----*

*-Abstenções: 2 (dois); Presenciais: 0 (zero); à distância: 2 (dois). -----*

*-Votos a favor: 81 (oitenta e um); Presenciais: 71 (setenta e um); à distância: 10 (dez);*

**O Regulamento do Fundo de Solidariedade**, foi aprovado com: -----

*-Votos contra: 0 (zero). -----*

*-Abstenções: 0 (zero); -----*

*-Votos a favor: 83 (oitenta e três); Presenciais: 71 (setenta e um); à distância: 12 (doze).*

**O Regulamento de Taxas e Emolumentos**, foi aprovado com: -----

*-Votos contra: 0 (zero). -----*

*-Abstenções: 3 (três); Presenciais: 0 (zero); à distância: 3 (três). -----*



**-Votos a favor: 80 (oitenta); Presenciais: 71 (setenta e um); à distância: 9 (nove).** -----

**O Regulamento de Inscrição, Estágio e Exames Profissionais**, foi aprovado com: ---

**-Votos contra: 0 (zero).** -----

**-Abstenções: 2 (dois); Presenciais: 0 (zero); à distância: 2 (dois).** -----

**-Votos a favor: 81 (oitenta e um); Presenciais: 71 (setenta e um); à distância: 10 (dez).**

**O Regulamento Eleitoral**, foi aprovado com: -----

**-Votos contra: 0 (zero).** -----

**-Abstenções: 1(um); Presenciais: 0 (zero); à distância: 1 (um).** -----

**-Votos a favor: 82 (oitenta e dois); Presenciais: 71 (setenta e um); à distância: 11 (onze).**

Posto isto, a assembleia foi suspensa, eram dezanove horas e cinquenta minutos, tendo o Sr. Presidente da MAR informado que os trabalhos seriam retomados pelas nove horas e trinta minutos do dia seguinte, para *Discussão e votação do Relatório e Contas do exercício de 2023*, tal como constava da Convocatória. -----

Assim, retomada a sessão, eram nove horas e trinta e cinco minutos do dia dezasseis de março de dois mil e vinte e quatro, o Sr. Presidente da MAR após cumprimentar a Sra. Bastonária, a sua assessora jurídica, Dra. Teresa Almeida, os restantes membros do Conselho Diretivo, do Conselho Fiscal, do Conselho Jurisdicional e demais membros que se encontravam nas galerias, deu a palavra, de imediato à Sra. Bastonária para apresentar o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2023. -----

No uso da palavra, a Sra. Bastonária saudou o Sr. Presidente da MAR, todos os órgãos presentes e demais colegas e adiantou, desde logo, que era dia de prestar contas não só do ano 2023, mas também do conjunto das contas dos últimos 6 anos de mandato, que eram muito relevantes. Continuando, admitiu que na assembleia do ano anterior tinha sido doloroso apresentar um prejuízo de um milhão de euros, até porque tinha percebido uma desilusão por parte de alguns colegas pelo resultado apresentado. Um gestor nunca gosta de apresentar resultados negativos, referiu, no entanto, quando tem a consciência de que esse resultado tem uma justificação plausível é triste não se ter a confiança dos pares, sendo certo que o resultado não refletia o esforço, as decisões e o que tinha sido feito. Ainda assim, as análises não podem ser realizadas individualmente. Apesar dos exercícios serem, obviamente, aprovados individualmente, há, na sua opinião, um percurso de 6 anos para analisar. As contas de 2022 espelharam, essencialmente, o congresso e o disparar dos preços, sem deixar de se prestar os restantes serviços aos contabilistas certificados. Pouco

haveria a fazer para não apresentar tal resultado, todavia, em nada impactou na solvabilidade e capacidade financeira da Ordem, os rácios desceram, mas a situação financeira não deixou de se manter estável. Referiu que aquele desabafo e reflexão, não abrangia todos os contabilistas certificados, pois, a maior parte esteve sempre ao lado da Ordem, é aquele ponto negativo que sobressai sobre todos os outros tantos positivos daqueles 6 anos. Assim, a Sra. Bastonária disse que, numa avaliação geral, não se pode dizer que a gestão destes últimos 6 anos tenha tido algum percalço. Olhando para as contas deste ano, constata-se que, houve um aumento de custos generalizado e destacou um dos gastos, para si preocupante, o afeto aos seguros, acrescentando que, perante tal evolução destes, impõe-se pensar em soluções para o futuro. Sublinhou que, a Ordem tem uma gestão exemplar e criteriosa de cada custo, mas isso não significa diminuir a instituição, o caminho será sempre o do crescimento, ainda que tal requeira um esforço financeiro. Ao apresentar as contas de 2023, a Sra. Bastonária afirmou sentir-se satisfeita, pois, tudo foi ultrapassado e o resultado transmite exatamente isso. O ano de 2023, tinha sido um ano de muitos desafios, alguns já sentidos em 2022, com o aumento generalizados dos preços, e que obrigou a Ordem a manter um esforço constante para assegurar o equilíbrio financeiro face às necessidades diárias, todavia, sem nunca, reiterou, por em causa os serviços prestados aos contabilistas certificados, constatado pelo aumento exponencial da capacidade dos serviços que a Ordem teve durante estes 6 anos e, como dizem elementos do staff, confidenciou a Sra. bastonária, a Ordem vive o resultado do seu sucesso. E logo acrescentou, é para isso que a Ordem serve, para fortalecer os contabilistas certificados, para os dotar de conhecimentos, para que eles cumpram as suas funções de forma cada vez mais exemplar. Referindo-se ainda aos últimos 6 anos, afirmou que, estes resultaram num serviço sem limites, de crescimento dos contabilistas certificados e colocou a profissão noutra patamar. Quando se chega ao fim de um ciclo e se olha para trás e se consegue ver os números que estão vertidos neste relatório, relatou a Sra. Bastonária, é, citamos, *“a sensação de que não defraudei expectativas”*. A beleza desta profissão é poder contar histórias e este Relatório e Contas 2023 é exatamente isso, é contar a história, quer do ano 2023, quer do acumulado dos últimos 6 anos, com muito orgulho, porque é uma história bonita, salientou. O Relatório e Contas foi muito bem preparado pela equipa, realçou o papel da Dra. Cristina Pena Silva, com a função delegada de tesoureira, de uma dedicação extraordinária, bem como o da Ana Teresa e do André, contabilista certificada e equipa de contabilidade da Ordem,

respetivamente. Numa altura de agradecimentos, afiançou que era bom sentir que tinha uma equipa de Conselho Diretivo excepcional e agradeceu ao Jorge Barbosa, ao Álvaro Costa, ao Manuel Teixeira e ao Pedro Nuno, os *quatro mosqueteiros*, e à Cristina, com os quais conta incondicionalmente. Obviamente que, assegurou, não são desvalorizados os outros órgãos que têm estado sempre a acompanhar a Ordem, o Conselho Fiscal, o Conselho Jurisdicional, a MAR e os Srs. Representantes e, nesse sentido, a Sra. Bastonária agradeceu a todos o integral apoio. -----

Situando-se no que especificamente ao ano de 2023 diz respeito, considerou que o principal acontecimento foi o novo Estatuto da Ordem e o facto de se manterem as competências exclusivas, o mais marcante, até pelo respeito demonstrado por muitas personalidades da sociedade civil, o que mensura um bocadinho o valor dos contabilistas certificados e o valor da OCC. Lembrou o dia 19 de maio, como o dia mais difícil de um conjunto de outros dias também muito complicados. Ainda sobre o novo EOCC, acrescentou que, para ser possível este estatuto, foi um desafio enorme, um constante sobressalto, um ano inteiro sem tranquilidade, a viver intensamente e sem perder um segundo de tudo o que se passava. Isto significa, assegurou, que, tudo o que se conseguiu foi o resultado de muito trabalho, sem descurar outras matérias e que, para melhor valorizar o que se tem, não deverá ser esquecido. Provavelmente a Ordem vai a eleições brevemente, informou a Sra. Bastonária, e é muito importante que, nessa ocasião, os contabilistas se unam e digam que estão presentes. A união de uma profissão é aquilo que melhor traduz o seu futuro, porque só juntos se conseguirá, e poderá, continuar a fazer mais. O foco do novo estatuto são os atos próprios e que os contabilistas certificados são os profissionais qualificados que asseguram o interesse público naquelas matérias, satisfazendo as condições éticas e deontológicas necessárias para o exercício da profissão, são o garante desses princípios, desse rigor, cujo resultado se traduz e reflete na sociedade. É essa a grande função da profissão e foi por isso que os políticos, os deputados e a Assembleia da República acreditaram na OCC, rematou. Continuou lembrando que, cada contabilista tem de ter orgulho em ter esta profissão, em ter uma profissão exclusiva, em ter algo que nenhum outro profissional pode fazer, porque, nenhuma outra profissão conseguiu ter a sociedade civil do seu lado como os Contabilistas Certificados e isto não é mensurável, ao invés, nas outras ordens o que se ouviu foi corporativismo, enquanto que, os contabilistas prestam serviços à sociedade, estão ao serviço do interesse público e é isto que os distingue. A Sra. Bastonária agradeceu ainda a dois Ministérios, porque

segundo a Sra. Bastonária, estiverem sempre ao lado da Ordem, o das Finanças e, em especial, ao Sr. Secretário de Estado, e ao Ministério dos Assuntos Parlamentares, na pessoa da Sra. Ministra Ana Catarina Mendes, bem como ao Sr. Primeiro-Ministro. Ainda assim, alertou, houve associações de contabilistas a pedirem para que tudo isto não acontecesse, mas, citamos, “*o que é importante é quem está aqui, os interesses dos contabilistas, o interesse da sociedade civil, o interesse público, esteja sempre à frente de tudo.*” -----

Continuando a sua intervenção, a Sr. a Bastonária, referiu-se ao ciberataque de que a OCC foi alvo e informou que, a OCC esteve durante algum tempo sem acesso à Pasta CC e ao site, mas os contabilistas não ficaram integralmente sem serviços, porque se arranjam alternativas e, apesar de tudo, da intromissão que afetou alguns serviços, os dados foram completamente salvaguardados. O ciberataque aconteceu num fim de semana e na segunda-feira os trabalhadores, que muitos, e a maior parte dos dias, estão em teletrabalho, tiveram de se deslocar à Ordem, para trabalhar, por não ser possível aceder via VPN, e para salvaguardar os dados dos contabilistas. Sobre este assunto, a Sra. Bastonária, deixou ainda uma palavra de apreço ao staff do Departamento de Informática da OCC, que esteve todos os dias a resolver, antecipar e a perceber a dimensão dos problemas e também aos demais trabalhadores que se souberam adequar a um momento difícil. Foi uma situação pouco desejável, mas tudo se conseguiu resolver sem danos significativos, concluiu. -----

Passou a seguir a referir-se ao TOConline e à sua internalização, informando que foi um processo muito delicado, mas que foi inevitável. Recordou que, há cerca de dois anos que, praticamente, não havia desenvolvimentos nos programas, sentindo-se quase um abandono por parte dos nossos fornecedores em relação à prestação desse serviço. Adiantou que, estão em curso processos judiciais, sendo que a *Cloudware* intentou uma providência cautelar contra a Ordem e a Ordem colocou um processo contra a *Cloudware* reclamando uma indemnização pelos danos sofridos, teremos aqui algumas questões jurídicas pela frente. De qualquer forma, esclareceu a Sra. Bastonária, como certamente a OCC não será condenada, nas contas não estão espelhadas quaisquer provisões relacionadas com esta litigância. Ainda em relação ao TOConline, lembrou que, este sempre foi um princípio fundamental, a Ordem ter uma ferramenta informática disponível, porque um contabilista certificado não pode exercer sem um software,

garantindo com ele que são satisfeitas todas as alterações legislativas e tecnológicas e que, assim, esse instrumento corresponde às necessidades dos profissionais. A Ordem melhor do que ninguém cumpre esse papel, apesar das muitas tentativas das *software houses* para impedirem tal feito. Quanto a esta temática, a Sra. Bastonária garantiu ainda que, enquanto estiver à frente da instituição, tudo fará em defesa de uma ferramenta para que os contabilistas certificados possam exercer a profissão em detrimento de interesses comerciais.-----

Continuando a sua intervenção, lembrou também o projeto dos guias práticos, 12 meses, 12 guias, que teve e tem, dentro e fora da Ordem, um enorme sucesso. A partilha do conhecimento propiciada pela OCC e que vai além dos seus membros, como disso este projeto é exemplo, faz com que a Ordem e a profissão sejam, cada vez mais, reconhecidas pela sociedade civil. Uma Ordem aberta, que transmite o seu conhecimento e que não se fecha nela própria, valoriza-se. Os guias são usados por pessoas que não são contabilistas certificados, traduzindo assim o serviço público intrínseco a uma ordem, o que só a valoriza. O facto de os membros pagarem as quotas não quer dizer que os serviços da ordem sejam só para os membros. Uma ordem profissional é uma instituição que serve o interesse público e é um parceiro do Estado. O pagamento das quotas é uma obrigação que existe, estatutária, lembrou a Sra. Bastonária, em resultado da existência de uma profissão que é exclusiva aos contabilistas certificados. A valorização da Ordem e dos contabilistas certificados, advém também da partilha do conhecimento que é levada a cabo, sendo a instituição uma referência no âmbito de todas as matérias, como nenhuma outra organização profissional. Acrescentou ainda que, nenhuma outra ordem é capaz de partilhar e de dar tanto à sociedade como a OCC, pelo que, este caminho continuará a ser feito. -----

Referiu-se a seguir ao *Dia e Encontro Nacional dos CC* no Porto, que, como sempre, foi um dia marcante e de convívio, além de que, estes encontros servem também para desvalorizar os problemas, onde se constata que a outro colega se depararam exatamente as mesmas situações, e assim, o problema parece que fica amenizado ou deixa de existir. No encontro estiveram presentes 1650 pessoas, de onde nasceu e cresceu união, convívio e amizade.-----

Continuando a sua intervenção, a Sra. Bastonária lembrou o CCCLix, considerando-o uma ferramenta extraordinária, com uma visibilidade cada vez maior, já bem notório neste início de 2024 e que atrai, especialmente, os jovens. -----

Foi tempo de, a seguir, fazer uma retrospectiva das cerimónias de entrega das medalhas ao longo de todo o país e sobre isto afirmou que, é algo que não se explica, só quem vive, citamos, “*Assistir a mulheres e homens a chorar no palco com uma emoção e um orgulho enormes de receberem esta medalha, não há palavras para descrever. De facto, um dia, quando me afastar deste lugar, levo tantos sentimentos positivos, emotivos, tanto carinho, que vou de alma cheia, sem dúvida*”, exclamou. -----

Em relação às reuniões livres presenciais, disse que, têm comparecido poucas pessoas, optando, certamente, por assistir *online*, apesar de a Ordem continuar a apostar em levar estas reuniões a novos locais e a locais mais pequenos, para, desse modo, procurar chegar a todos. -----

Lembrou os vários simuladores disponibilizados pela OCC; As várias conferências realizadas durante o ano sobre muitas e diversas matérias; O apoio técnico, inimaginável o universo de pareceres produzido, não sendo fácil dar resposta a tudo, todavia a equipa da Ordem estará sempre pronta a satisfazer e atingir os objetivos deste serviço. Neste elencado, referiu também a *coleção essencial*, um trabalho de continuidade que fica para sempre, e a formação sobre a *Agenda do Trabalho Digno* que considerou, neste âmbito, ter sido um marco. Mereceu também destaque, o *Guia das Boas Práticas*, considerando que, através da implementação destes guias, chegou-se à conclusão de que nunca tinha sido ministrada formação sobre Estatuto e deontologia, da importância desta e até que ponto deverá ser obrigatória para todos os contabilistas certificados, ficando a certeza de que se irá reforçar esta temática, que não é tanto do conhecimento geral como seria de esperar. A par de tudo isto, lembrou, a *Formação Eventual* foi também reinventada, em busca de formato mais apropriado tendo em vista manter uma plateia mais motivada. Esta ideia iniciou-se com a apresentação do Guia das Boas Práticas e estendeu-se à formação eventual seguinte, sendo ministrada por dois formadores em simultâneo, maior diálogo, interação e dinamização da mesma. -----

Continuando o seu relato, agora referindo-se a eventos realizados durante o ano pela OCC, destacou a realização da conferência da EFAA, com o presidente da IFAC, tendo

Portugal, através da OCC, sido ouvido, pois a EFAA é uma entidade de referência em todos os eventos internacionais e isso é muito positivo. -----

A Sra. Bastonária, comunicou a seguir que, a venda do imóvel sito na Avenida 24 de Julho, foi um processo longo, cuja história se encontra narrada no Relatório e Contas, que foi concluído no ano de 2023. -----

Considerou que as reuniões livres do SNP- AP, realizadas durante o ano, constituíram-se como um projeto bem-sucedido. -----

Também, acrescentou a Sra. Bastonária, foi realizada a *Festa de Natal* que é um evento que os filhos dos contabilistas não prescindem. -----

De seguida e para mais esclarecedora leitura da informação a Sra. Bastonária acompanhou o seu discurso com uma apresentação gráfica utilizando o programa *Microsoft PowerPoint* e apontando os gráficos apresentados e como destes resultava claro, a Sra. Bastonária, destacou o tempo de resposta na Pasta CC versus as mensagens respondidas que apresentavam um gráfico invertido, pois, o número de questões colocadas aumenta, mas o tempo de resposta diminui, o que, disse a Sra. Bastonária, considerava fantástico e que tudo se devia à equipa da OCC, que conseguiu isso tudo e, por isso, está de parabéns, tendo sido aposta alocar mais cinco pessoas ao atendimento telefónico, o que fez melhorar o tempo de espera, mas ainda longe de se atingiu o patamar que seria desejável. Assim, em termos gerais, o tempo médio de espera é de 9 minutos, mas a verdade é que, depois de atendidos telefonicamente, a avaliação das respostas da Ordem é de 4.8 em 5, o que é, efetivamente, muito bom. -----

Quanto à formação, enfatizou a Sra. Bastonária, regista-se um milhão de pessoas a terem formação na Ordem e os números de visualizações das reuniões livres são inacreditáveis.

O acesso ao site da Ordem diminuiu, porque o novo site, reconhecendo o insucesso deste, foi uma aposta não bem-sucedida, referindo questões de contratação pública como fator principal de *culpa* perante tal facto. Nesse sentido, acrescentou que é projeto que terá de ser invertido, mas que vai demorar algum tempo. A maior parte dos contabilistas continuam a aceder ao site antigo, porque o novo não correspondeu, nem corresponde, às expectativas. -----

Passando à análise e apreciação das contas do período 2023 e acompanhando a sua exposição com a uma apresentação gráfica utilizando o referido programa *Microsoft*

*PowerPoint*, e quanto aos resultados do período, a Sra. Bastonária disse que, é notório um ativo que tem estado sempre a crescer, assim como os fundos patrimoniais, à exceção do ano anterior. Os rácios são excelentes, o de autonomia financeira 71%, o de solvabilidade 2,44, a liquidez geral de 1,52 e as disponibilidades no final do ano eram de aproximadamente 5 milhões de euros, estas resultantes da venda do imóvel da 24 de julho. O que se pretende, esclareceu, é ter a casa arrumada, o que significa, ter boas contas. Quando o Conselho Diretivo tomou posse, em 2018, era ponto de honra diminuir consideravelmente os financiamentos da Ordem, o que se veio a verificar, pois, atualmente cifram-se em 3 milhões e 761 mil euros, nunca recorrendo a financiamento durante estes seis anos, facto que é motivo de orgulho, afirmou a Sra. Bastonária, fazendo menção a um mapa que representava a solidez financeira da Ordem. -----

Referindo-se à contratação pública, a Sra. Bastonária disse que, nunca se sabe se os serviços contratados correspondem às expectativas, mas tem, de facto, a vantagem de se conseguir economizar, tendo a poupança, nestes anos, ascendido a 3 milhões e seiscentos mil euros, como se evidenciava no dispositivo *PowerPoint* então exibido.-----

Referindo-se aos resultados do período e a sua comparabilidade face ao ano transato, em que se registou mais de um milhão de euros de resultados negativos, este ano, destacou a Sra. Bastonária, o resultado positivo foi de 4 milhões e 247 mil euros, sublinhando que, grande parte, deve-se à mais-valia resultante da alienação do imóvel da Avenida 24 de julho, correspondendo essa a 3 milhões e 698 mil euros. Isto significa que, sem a venda daquele imóvel, o resultado seria de 548 mil e 478 euros, bastante positivo, ainda assim. Fazendo a leitura de outros número que a apresentação mostrava, referiu que, paralelamente, nos últimos 6 anos, o endividamento da Ordem foi reduzido em 63%, também que, a OCC não pretende ter resultados positivos, mas sim investir e servir os contabilistas certificados, pelo que, existir um resultado de 400 mil, meio milhão de euros, considera ser ideal para a sua sustentabilidade. Referiu-se a alguns comentários escutados sobre malabarismos ou invenções contabilísticas a propósito dos trabalhos para a própria empresa, assegurou que, as contas da Ordem são perfeitamente transparentes e esclareceu que, os trabalhos para a própria empresa resultam de uma estratégia seguida, porque contratando externamente, através da contratação pública, o serviço não corresponderia às expectativas, daí a opção pelo investimento interno, em colaboradores e meios técnicos, levando a que os custos com o pessoal tenham aumentado, principalmente a



nível informático. Adiantou também que, estavam a ser realizados investimentos informáticos internamente, para renovar e reestruturar a Pasta CC, aplicação que tem mais de 15 anos. -----

No que respeita à demonstração de resultados, disse que, os desvios existiam, de facto, principalmente, por causa da alienação do imóvel da Avenida 24 de julho e dos trabalhos para a própria entidade, que não estavam previstos. -----

Continuando a sua intervenção, referiu-se a seguir ao aumento de 3 euros das quotas, alegando que, quando o mesmo foi proposto, a direção tinha consciência que esse aumento reverteria totalmente a favor dos contabilistas certificados, porque o objetivo não é ter rendimentos, mas servir os contabilistas. Analisando a subida do valor das quotas versus a formação gratuita facultada, constata-se que esta excede em muito aquele aumento. Quando foi proposto o aumento de 3 euros das quotas, nem todos concordaram, mas hoje verifica-se que resultou, porque há mais colegas a participarem nas formações pelo facto de serem gratuitas. O “*Descomplicar na hora*”, o “*E-Learning*” e as “*Plug-in*” têm um custo de 3 milhões e 509 mil euros, logo, muito superior àquilo que resultou no aumento das quotas. -----

Quanto aos gastos com os órgãos sociais, por comparação aos gastos com os colaboradores, a Sra. Bastonária destacou o constante do gráfico exibido, e esclareceu que, foi sempre um compromisso seu diminuir os gastos com os órgãos sociais e esse compromisso foi mantido. Sobre este assunto agradeceu à Comissão de Remunerações porque esteve sempre ao lado desta questão, respeitando o que tinha sido uma promessa em termos eleitorais, e hoje, acrescentou a Sra. Bastonária, verifica-se que há colaboradores que auferem mais do que a Bastonária, situação que terá de ser revista no próximo mandato. -----

Em termos de investimentos, esclareceu que, a Ordem continuará a realizar os investimentos necessários, sempre com precaução e transparência. -----

Concluindo a sua apresentação, a Sra. Bastonária, propôs, em primeiro lugar, à AR que fosse aprovado, por unanimidade, o Relatório e Contas referente ao período de 2023 e, em segundo lugar, que ao resultado líquido desse período, de € 4.247.109,44 (quatro milhões e duzentos e quarenta e sete mil e cento e nove euros e quarenta e quatro centimos), fosse efetuada a seguinte aplicação: a importância de € 2.890.835,21 (dois milhões e oitocentos e noventa mil e oitocentos e trinta e cinco euros e vinte e um

cêntimos) para a conta de “fundos”; a importância de € 236.933,86 (duzentos e trinta e seis mil e novecentos e trinta e três euros e oitenta e seis cêntimos) para a conta do “Fundo de Solidariedade social” e a importância de €1.119.340,37 (um milhão e cento e dezanove mil e trezentos e quarenta euros e trinta e sete cêntimos) para a conta de “Resultados Transitados”. Agradeceu e reconheceu ainda o trabalho, a dedicação e o empenho de todos os colaboradores internos e externos da Ordem que contribuíram de forma crucial para a concretização dos resultados alcançados. -----

De imediato, o Sr. Presidente da MAR deu a palavra ao Sr. Presidente do Conselho Fiscal, para este se pronunciar sobre o documento em discussão. -----

O Sr. Presidente do Conselho Fiscal após cumprimentar todos os presentes afirmou, citamos, *“Ontem discutimos aqui, e hoje a senhora Bastonária também já falou disso, na capacidade da profissão para atrair e reter talento, e eu vou-vos propor, muito brevemente, muito sinteticamente, peço desculpa, uma experiência social. Vou-vos propor uma experiência social muito simples, que é esta: -----*

*Imaginem que temos as galerias cheias de jovens recém-licenciados em Ciências Económicas, que convidamos para vir assistir aqui à nossa Assembleia de Representantes, e eu agora chegava aqui ao púlpito – e eu não vou demorar mais de 5 minutos – e seguia o protocolo, que normalmente se segue nestas circunstâncias, e começava a cumprimentar todos os presentes, desta forma formal: apresento os meus cumprimentos ao senhor Presidente da Mesa e, na sua pessoa, a todos os colegas representantes; apresento também os meus cumprimentos à senhora Bastonária e, na sua pessoa, a todos os membros do Conselho Diretivo. E continuava assim e usava o protocolo normal para me dirigir a todos vós. -----*

*E depois, a seguir, propunha perguntarmos aos jovens, que nós convidámos, se eles acham a profissão moderna com este tipo de protocolo que se usa há muito tempo. Eu não sei qual é que seria a reação dos jovens que nós teríamos aqui connosco. E, portanto, eu também proponho, esta possivelmente é a nossa última Assembleia Representativa deste mandato, mas eu proponho que, de futuro, possamos equacionar uma forma de, digamos, de trato, eu diria, mais moderna e mais ágil e mais rápida, sem, naturalmente, sermos desrespeitosos ou sem seguirmos aquilo que são os bons costumes sociais. -----*

*E, portanto, eu começo por dirigir-me a todos vós dizendo simplesmente: olá, muito bom dia a todos, espero que estejam bem. -----*

*Bom, eu não vou repetir aquilo que está no parecer do Conselho Fiscal, o parecer está escrito, vocês conhecem o parecer, e, portanto, seria fastidioso estar a dizer o mesmo, mas fazia só um breve enquadramento, e, sabendo que tenho este enorme privilégio de estar a falar para contabilistas certificados, para depois chegar às contas. -----*

*E fazia o seguinte enquadramento: a contabilidade tem evoluído de forma muito significativa em épocas de crise. Em épocas de crise, a contabilidade dá um forte salto institucional e um forte salto concetual. Isso está estudado, está estudado pela ciência. E foi também assim, na década de 70 do século passado, em que a contabilidade, em resultado da grande crise de 1973, deu um salto significativo do ponto de vista concetual.*

*Apareceram, nos Estados Unidos, os chamados “Statement of Financial Concepts”, que deram origem às estruturas concetuais modernas. Portanto, as estruturas concetuais que nós hoje temos apareceram nessa altura e foram-se desenvolvendo seguindo uma lógica que um eminente professor espanhol, o Professor Tua Pereda, chama de itinerário lógico.*

*E a nossa estrutura concetual tem esse itinerário lógico. O que é que ela diz? Que nós temos as três demonstrações financeiras, que vocês vão votar hoje, e, portanto, temos o balanço, a demonstração dos resultados e a demonstração dos fluxos de caixa, que elas só se interpretam, elas só têm interpretação, só nos permitem conhecer a realidade de uma entidade, se as conseguirmos interpretar de forma conjugada. E, depois, esses “Statement of Financial Concepts” foram evoluindo para dizer o seguinte: OK, tudo bem, nós interpretamos uma empresa olhando para as três peças, desde que elas tenham determinadas características qualitativas, as características que vocês conhecem e que a nossa estrutura concetual hoje em dia até já está desatualizada. -----*

*As estruturas concetuais modernas têm duas características qualitativas – e eu vou chegar a algum lado com isto, não é só para vos aborrecer – têm duas características qualitativas fundamentais, só duas, hoje só aparecem duas características qualitativas fundamentais, são elas a “relevância” e a “representação fidedigna”. E o que é que é a relevância? Aquilo que a senhora Bastonária ontem tão bem explicou quando disse que nós contamos histórias. -----*

*A relevância é a característica que a informação tem de ser confirmatória. Confirmatória de quê? Daquilo que aconteceu. A informação pode ser confirmatória ou preditiva. Se tiver uma destas características, a informação é boa. É isso que nós fazemos, contamos as histórias. -----*

*Essa é uma das características da informação. Qual é a outra característica essencial da informação? Representação fidedigna. O que é que isso significa? A informação representa fidedignamente aquilo que se espera que represente, se ela for completa, se ela for neutra e se ela estiver isenta de erros materiais. -----*

*E porque é que eu, nos 5 minutos que tenho, resolvi falar nisto? Porque nós, Conselho Fiscal, entendemos que o relatório que vos é presente e o qual os meus amigos vão ter que votar é portador destas duas características. -----*

*Ou seja, conseguem confirmar a história da Ordem do último ano, a informação é relevante, é completa, é neutra e está isenta de erros materiais. E, portanto, isto dá um conforto, creio eu, adicional para que se vote favoravelmente as contas que vos são apresentadas. -----*

*No pacote todo que vocês aí têm, eu destacaria uma frase, uma frase do relatório do auditor. No relatório do auditor, que se chama a Certificação Legal das Contas, está esta frase: O órgão de fiscalização, ou seja, o Conselho Fiscal, é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Ordem. É um excelente resumo daquilo que é o papel de um Conselho Fiscal, quer na Ordem, quer em geral. Portanto, o Conceito Fiscal aqui o que faz é supervisionar o processo de prestação de contas. -----*

*No âmbito dessa supervisão, nós temos uma relação muito próxima com os auditores. E estou a falar disto porque há um aspeto que é importante eu mencionar e que dá conforto adicional às contas e que tem a ver com isto: conforme sabem, os auditores, quando identificam distorções materiais, relatam-nos, relatam as distorções na certificação, através de reservas. -----*

*A nossa certificação, a certificação da Ordem, não tem reservas, não seria de esperar que tivesse reservas. Só que, e este é o aspeto que eu gostava de salientar, os auditores são também obrigados a relatar ao Conselho Diretivo e ao Conselho Fiscal outros erros que não sejam materiais. Aquilo que os auditores chamam de erros triviais ou claramente insignificantes. Erros mais pequenos e, portanto, dar-vos o conforto adicional que, nesta relação e neste trabalho de supervisão que nós fazemos e da relação que temos com os auditores, eles comunicaram-vos que não identificaram nenhum. -----*

*Portanto, na ótica dos auditores, as políticas contabilísticas estão bem adotadas, não há erros materiais, mas também não há erros imateriais, erros pequenos. Esse aspeto também é de, na minha ótica, salientar. -----*

*Quanto ao relatório que o Conselho Diretivo apresenta, permitam-me duas ou três notas que eu anotei, (..): Primeiro aspeto, o relatório permite, na ótica do Conselho Fiscal, tomar conhecimento detalhado daquilo que a Ordem executou, por departamento, ao longo do ano. A informação é clara, são apresentados aquilo que nós podemos chamar os “Key Performance Indicators” e conseguimos saber exatamente o que é que o departamento fez. -----*

*Depois, outro aspeto que me parece importante, a senhora Bastonária fazia essa referência há pouco, que a Ordem procurava fazer sempre mais e melhor, e eu acho que essa perspetiva de melhoria contínua está também saliente no relatório. -----*

*Quando vocês têm no relatório informação por cada departamento, com os indicadores e a evolução deles ao longo do ano, isso mostra claramente esta cultura de melhoria contínua que eu creio que é um dos aspetos, e repito-me, culturais dos colaboradores da Ordem e que o relatório faz transparecer. -----*

*O relatório também permite, e eu acho que este aspeto é também interessante, fazer o escrutínio da atividade do Conselho Diretivo numa base diária. A partir do momento em que se inclui no relatório cada uma das ações do Conselho Diretivo por dia, portanto, é possível perceber essa evolução. E permite também dois tipos de visões, na minha ótica: uma visão macro, aliás que está refletida nos gráficos e indicadores que a senhora Bastonária apresentou, em que nós conseguimos ver, de forma agregada, aquilo que aconteceu, mas permite também uma visão detalhada, porque mais à frente conseguimos identificar rubrica a rubrica, variação a variação. E, portanto, desse ponto de vista parece-nos que o relatório é completo, é elucidativo e permite tomar uma decisão em consciência quando for para votar. -----*

*Por fim, gostava, só mais 30 segundos para relembrar um conceito que é muito importante em Contabilidade e em Auditoria, que é o conceito de julgamento profissional. O que é isso do julgamento profissional? No fundo, as normas definem julgamento profissional como isto: todos nós temos conhecimentos diferentes, formações diferentes, experiências diferentes e temos uma cabeça diferente, temos um mindset diferente, e,*

*portanto, todos nós pensamos de forma diferente face aos conhecimentos e vivências que temos. Isso é o julgamento profissional. -----*

*O Conselho de Diretivo e a contabilista certificada exerceram o seu julgamento profissional quando prepararam o relatório e contas, o Auditor exerceu o seu julgamento profissional quando emitiu a certificação legal das contas, o Conselho Fiscal exerceu o seu julgamento profissional quando emitiu o seu parecer e cada um de vocês vai ter que emitir, agora, usar o seu julgamento profissional quando for para votar. -----*

*Todos nós temos um julgamento profissional diferente. O que é que eu quero dizer com isto? Que todos nós olhamos para o Relatório e Contas de forma diferente e possivelmente cada um de nós, se calhar, escrevia um parágrafo de uma forma diferente. Se calhar cada um de nós equacionava uma política diferente ou a sua aplicação de uma forma diferente. Se calhar o próprio Conselho Diretivo, se hoje voltasse a fazer as contas, se calhar havia coisas que podia fazer de uma forma diferente. Eu próprio, quando vou dar uma aula sobre a mesma matéria, não consigo dar duas aulas de forma igual e faria de forma diferente. -----*

*E, portanto, o que é que eu quero dizer com isto? Que, naturalmente, todos nós poderíamos fazer de forma diferente, mas isso não significa que aquilo que nos é apresentado não esteja até bastante próximo da perfeição. -----*

*E, portanto, de acordo com o julgamento profissional que o Conselho Fiscal faz, a recomendação que nós deixamos à Assembleia é aquela que consta do nosso parecer e é a que os meus amigos possam votar favoravelmente a proposta de aplicação dos resultados, bem como as contas. -----*

*Por fim, não vos tomo mais tempo, vou deixar um agradecimento a todos aqueles que estiveram envolvidos.” -----*

Dando continuidade aos trabalhos, o Sr. Presidente da MAR questionou se algum dos Srs. Representantes pretendia usar da palavra. Inscreveram-se, para se pronunciarem, os Srs. Representantes Pedro Nuno Bastos Lima, CC 43050, do Círculo Eleitoral de Aveiro; António Cerejo Moreira Caseiro, CC 280, do Círculo Eleitoral de Leiria; Carlos Alexandre Quelhas Martins, CC 35981, do Círculo Eleitoral do Porto; Nélon Alexandre Ferreira, CC 27265, do Círculo Eleitoral de Lisboa; Rui Manuel Machado Ferreira, CC 3146, do Círculo Eleitoral de Lisboa; Carlos Augusto Cordeiro Sousa, CC 90047, do Círculo Eleitoral de Setúbal; Vitor Lino Soares Martins, CC 24253, do Círculo Eleitoral

de Lisboa; Isabel Maria Borges Freitas, CC 4961, do Círculo Eleitoral dos Açores; Bruno Alexandre da Rocha Silva, CC 45514, do Círculo Eleitoral do Porto; Emanuel Norberto Lourenço Silveira, CC 12255, do Círculo Eleitoral dos Açores; Maria Teresa Eva das Neves, CC 19591, do Círculo Eleitoral de Lisboa; José Alberto Pinto Pereira, CC 30768, do Círculo Eleitoral de Faro; Vitor Alexandre Lopes Pereira Vicente, CC 37094, do Círculo Eleitoral de Lisboa e António Carlos Gomes Dias, CC 17917, do Círculo Eleitoral de Vila Real. -----

De imediato e apelando novamente à capacidade de síntese, o Sr. Presidente da MAR, deu a palavra ao Sr. Representante Pedro Lima que começou por cumprimentar o Sr. Presidente da MAR, a Sra. Bastonária e restantes membros do Conselho Diretivo, o Sr. Presidente do Conselho Jurisdicional e respetivos membros, o Sr. Presidente do Conselho Fiscal e restantes membros, os colegas Representantes e demais colegas presentes nas galerias. De seguida, expressou o sincero agradecimento a cada um dos Srs. Representantes e referiu ter sido uma honra e um privilégio ter servido como Representante dos contabilistas certificados ao longo do mandato. Foram enfrentados desafios, celebradas conquistas e foi realizado trabalho conjunto para a promoção dos interesses e bem-estar da profissão, sublinhou. Agradeceu igualmente à Sra. Bastonária e ao Conselho Diretivo, o empenho e os sacrifícios pessoais e profissionais que fizeram pela Ordem. No passado apresentava-se como economista, atualmente, citamos, *“com o coração cheio do tamanho da minha altura, apresento-me como contabilista certificado”*. Mais, realçou que, antes de ser eleito para a AR, lia o Relatório e Contas como um manual para o exercício da profissão. Hoje, além de manual, lê-o com espírito crítico de dever como representante e, facilmente verificou que, citamos, *“todos os anos, o Relatório e Contas evolui e trouxe-nos mais descrição e pormenorização para melhor compreendermos e analisarmos as contas. Que linda história, li eu!”* -----

Continuando a sua intervenção afirmou que, o Relatório e Contas evoluiu e trouxe mais descrição e pormenorização, por departamento com a explicação das suas funções e principais números, para melhor se compreender e analisar as contas. A descrição do efeito do aumento do valor das quotas; os custos inerentes à formação *online* gratuita; os gastos de investimentos; a venda do imóvel e toda a história da sua venda são exemplos da transparência e rigor na apresentação das contas, frisou. Realçou ainda que, em seu entender, a leitura do Relatório e Contas, devia fazer parte da formação obrigatória. -----

Dada a palavra ao Sr. Representante António Caseiro que, na pessoa do Sr. Presidente da MAR, cumprimentou todos os órgãos sociais da Ordem e todos os ilustres colegas e afirmou, desde logo, que era uma honra quer servir os contabilistas certificados do distrito de Leiria, tanto na primeira, como na segunda eleição, quer ter seguido os caminhos da Sra. Bastonária, com quem muito aprendeu e a quem muito deve, quer ainda verificar que a profissão é uma profissão séria. Em relação ao relatório, com 194 páginas, limitou-se a salientar a questão ambiental e a preocupação da descida do passivo, porque os gastos subiram no ano de 2023. Ressalvou também uma frase proferida pela Sra. Bastonária, que, segundo o Sr. Representante, reflete tudo o que consta do relatório: *“serviços sem limite aos membros”*. Concluiu dizendo, citamos, *“Isto é a riqueza da nossa Bastonária, que ainda nos diz não estar cansada. E eu espero que não esteja cansada porque todos nós precisamos dela. Nós, contabilistas aqui, contabilistas que estão a ouvir-nos e todos os contabilistas novos que hão de entrar na nossa atividade, e que espero que sejam muitos”*. -----

Dada a palavra ao Sr. Representante Carlos Quelhas Martins que, após cumprimentar o Sr. Presidente e restantes membros da MAR, a Sra. Bastonária e equipa do Conselho Diretivo, os restantes órgãos e colegas, declarou que em relação ao Relatório e Contas, e no que respeita à análise dos últimos seis anos de mandato, constata-se que, se calhar, foram anos extremamente difíceis, mas se tivessem sido fáceis, as conquistas agora não teriam o mesmo sabor. Quanto à evolução da profissão, afirmou que quando começou já se ouvia falar que o contabilista iria desaparecer, mas volvidos vinte e sete anos de exercício da profissão, a verdade é que esta está constantemente a renovar-se, muito por via do que as ferramentas informáticas nos têm vindo a ajudar a implementar, por isso, não é crível que a profissão desapareça. Tem de se reinventar e se adaptar em função do que é a realidade e das tecnologias. Em relação aos jovens, considera que cada vez mais os jovens querem pertencer à profissão. Tanto assim que, não foi por acaso que o regulamento em que mais questões se colocaram foi o de inscrição. Hoje os jovens reconhecem valor à profissão e querem juntar-se a ela. Em termos de futuro, afirmou que os próximos anos não se avizinham fáceis, pelo que, os contabilistas precisarão, citamos, *“para bem da profissão, que a senhora doutora Paula Franco, nossa Bastonária, esteja motivada e empenhada e que nos próximos anos continue a demonstrar toda a força que tem vindo a demonstrar em prol daquilo que é a defesa dos contabilistas certificados, porque muito precisamos da sua boa disposição e do seu empenho e motivação.”* -----



Dada a palavra ao Sr. Representante Nelson Ferreira, este alertou para o fato de o seu nome e o de todos os representantes estar espelhado no relatório, tanto no descritivo, como nos encargos que cada um representa em relação à vida da associação, que é importante estar registado. Aproveitou para comunicar à AR que, no ano de 2023, a Sra. Bastonária o desafiou para encabeçar o projeto dos contabilistas do Mediterrâneo e que, atualmente, é o presidente da Federação dos Contabilistas do Mediterrâneos, eleito em novembro, com um mandato por dois anos, esperando corresponder ao repto. Terminou a sua intervenção deixando um agradecimento a todos. -----

Dada a palavra ao Sr. Representante Rui Ferreira, este começou por cumprimentar o Sr. Presidente e restantes membros da MAR, a Sra. Bastonária e demais membros do Conselho Diretivo; o Sr. Presidente e restantes membros do Conselho Jurisdiciona; o Sr. Presidente e demais membros do Conselho Fiscal e os colegas Representantes, bem como todos os colaboradores da Ordem que tornaram possível o evento e execução do Relatório e Contas. Em primeiro lugar, afirmou que pretendia agradecer por tudo aquilo que foi conseguido a nível estatutário, pois, os contabilistas estiveram perto de perder as suas competências e que muitos colegas, naquele eixo Malveira, Mafra e Ericeira, quiseram que transmitisse estes agradecimentos e este reconhecimento. Em segundo lugar, um único reparo ao excelente relatório apresentado, no que toca à falta de colegas jovens na profissão, registando até aos 40 anos apenas 10% de profissionais, pois, esta média etária aparece como ameaça e já é uma fraqueza, no seu entender. Assim, para além de se tentar atrair jovens para a profissão é preciso também cativar homens, porque é necessário renovar a profissão e há distritos, como Viana do Castelo, em que as senhoras correspondem a 60%. Admitiu, então, o seu contentamento por saber que se está a assistir a uma mudança e que os jovens querem ingressar na profissão e que esta já não é a terceira, quarta ou quinta escolha. Mais, considerou o discurso do dia anterior da Sra. Bastonária empolgante e brilhante. Tanto assim que deviam ser retirados trechos desse discurso, para os professores e formadores apresentarem aos alunos, para os motivar a quererem ser contabilistas para o resto da vida. O ideal era a Sra. Bastonária deslocar-se às escolas e institutos, mas é só uma, lembrou. Verificou que, desde que existe AR, o Relatório e Contas nunca foi aprovado por unanimidade, sendo a rejeição e a abstenção superior ao Plano de Atividades, o que não seria expetável. À semelhança das palavras do Sr. Presidente do Conselho Fiscal, a Ordem tem um modelo reforçado de fiscalização e não há qualquer facto com materialidade que não se encontre espelhado nas contas, nem

qualquer facto que não se tenha materializado. Sendo contabilistas certificados, adiantou, citamos, *“temos obrigação de aprovar o relatório de contas por unanimidade. E sendo esta uma assembleia que fecha um ciclo, eu acho que pela primeira vez nós devíamos votar este relatório de contas por unanimidade, somos contabilistas certificados”*. Terminou a sua intervenção, perentoriamente afirmando que, se as contas estão certas, corretas, explícitas e mais do que completas, é uma questão de respeito para com cada um, com a Sra. Bastonária e os órgãos sociais, com a Dra. Cristina Pena, com os colegas de contabilidade e recursos humanos, portanto, há que aprovar as contas por unanimidade.

Dada a palavra ao Sr. Representante Carlos Sousa que, após saudar o Sr. Presidente da MAR, a Sra. Bastonária, os Srs. Presidentes do Conselho Fiscal e Conselho Jurisdicional, os restantes membros dos órgãos, os colegas Representantes e demais participantes, partilhou o enorme orgulho que sentia por pertencer ao coletivo que representa a sua classe profissional, o sentimento de dever cumprido, pessoal e coletivo, e a sua convicção de que todos deram o seu melhor na prossecução do projeto que lhes foi apresentado pela Sra. Bastonária e que todos abraçaram. Referindo-se a seguir ao Relatório e Contas de 2023, disse, citamos: *“(...) poderia debater e valorizar cada linha deste documento, mas não o irei fazer, nem é preciso, porque no dia a dia eu, tal como vós, sentimos os efeitos práticos daquilo que aqui está relatado. Este documento é um resumo escrito e contabilizado daquilo que foi o vosso e o nosso trabalho neste último ano e de uma forma equilibrada, criteriosa, transparente e rigorosa, justifica as palavras que atrás proferi. Orgulho de estar neste projeto e sentimento de dever cumprido na defesa do interesse público da profissão e dos seus profissionais”*. Terminou a sua intervenção agradecendo a todos os colegas e que não tivessem dúvidas no votar favoravelmente aquele documento. -----

Dada a palavra ao Sr. Representante Vitor Martins, este chamou a atenção para o facto de que naquele dia iriam ter um Vitor Martins *fora da caixa*. E continuou a sua intervenção dizendo, citamos, *“Isto é um aviso para o Sr. Presidente da Assembleia Geral. Não, não! Vou ser o mesmo Vitor Martins, mas para já vou abusar do tempo que tenho. E vou abusar do tempo que tenho fundamentalmente por uma coisa que quero definitivamente que fique no conhecimento de todos e que se acabe fundamentalmente com uma série de disparates. Em primeiro lugar, queria-vos dizer que, eu, Vitor Martins, o nosso colega Vitor Monteiro, e mais outro colega, Monteiro Pacheco, não me lembro o nome dele, somos os*

*responsáveis por um estatuto abominável para os profissionais e que só serviria os interesses da então Direção da Ordem, já assinado pelo Passos Coelho, tivesse caído. -*

*Ok? Tem coisas mal? Tem sim senhor; e vou-vos dizer porquê. Porque ao par destes três colegas, que foram os únicos com coragem de afrontar um estatuto perfeitamente aberrante, em que pelo simples facto de não fazerem formação obrigatória, eu peço desculpa, mas agora também estamos assim, o membro podia ser expulso, ok? É assim, acusam-me, a mim, só a mim e não aos outros dois, de ser o pai desta Assembleia em que vocês estão. -----*

*Para quem não saiba, as Assembleias Gerais eram feitas assim: hoje vamos para Braga, e quem é que ia para Braga? O Vitor Martins, as suas expensas, a pagar tudo, toda a despesa, mais meia dúzia, literalmente meia dúzia de colegas, que tinham coragem de ir criticar aquilo que entendiam que estava mal. Mas tínhamos sempre 60, 70 votos a favor, esmagadoras maiorias. Sabem de quem? Olhem, é simples. Começava logo por todos os controladores de qualidade. Ou seja, resumidamente, eram os alimentados da OCC que iam lá, sem sequer terem lido, pôr o braço no ar. -----*

*Meus colegas, eu, e esses meus dois colegas, fizemos uma série de temas que fomos discutir na Assembleia. Eram 20. Eles não estavam muito pela Assembleia Representativa, por isso me dizem sempre que sou o pai. Puseram em vigésimo lugar. O deputado que nos atendeu disse, “esta Assembleia nunca existiu, esta reunião nunca existiu”. Isto já veio assinado. Veio do Conselho de Ministros. Acabou. -----*

*E eu disse ao meu colega Vitor Vicente, ‘olha, fala aí dos outros 19, mas do vigésimo falo eu e só preciso de 3 ou 4 minutos’. E aquilo que eu disse naquela Assembleia foi o seguinte, e quero que vocês se lembrem, vocês e o Conselho Diretivo e todos, quero que se lembrem. Na Lei 2, de 2013, o primeiro órgão que está nos órgãos, alínea a), meus amigos, a, b, c, todos aprendemos o abecedário, alínea a) diz “Assembleia Representativa”. Foi a chave que abriu para a Assembleia da República perceber que tinham que mexer naquilo, mesmo já assinado por Conselho de Ministros. -----*

*Eu disse, nem que seja o único, isto não pode passar, vocês são umas anedotas, porque se o Parlamento deixa passar isto, o que está ali é a Assembleia Representativa, não está lá escrito Assembleia Geral. -----*

*A Assembleia Geral era feita aos vários sítios do país, eu tinha que pagar para poder ir votar; é por isso que eu me orgulho, e orgulharei sempre, por ser o pai da Assembleia*

*Representativa, que ninguém queria, e digamos de passagem a nossa Bastonária também, na altura, antes de perceber que não era tão mau assim, também não concordava, e por isso vocês estão aqui. E por isso temos uma Assembleia, que também não foi feita para aquilo que um colega pediu. -----*

*Unanimidade? Eu tenho pena, ah atenção, eu vou votar a favor, ok? Eu faço parte de um projeto. Eu faço parte de um projeto. Esse projeto foi a lista que foi vencedora. E se eu um dia me atrevesse a pensar sequer em não votar a favor, eu no dia anterior estaria a entregar a minha demissão ao senhor Presidente da Mesa. Eu estou num projeto. E, por ter meia dúzia de coisas que eu discordo, nem sequer me atrevo a abster. Isto para que fique claro, a história desta Assembleia e que como é que ela surge? É que eu continuo a pensar que é a melhor forma de podermos ter uma Ordem melhor. -----*

*Mas, cuidado, quando discordamos, o vir só aqui elogiar é redundante. Eu peço desculpa, mas é redundante. A nossa Bastonária sente-se acarinhada com isso, mas é para isso que ela foi eleita, é para nos transformar numa maior profissão, para nos transformar em melhores profissionais. Esta ordem precisa de uma coisa, de novo tenho que gritar algo que disse há muito tempo: a Ordem precisa de gente que sirva a ordem, a ordem não precisa de gente que se sirva da ordem. -----*

*E agora, depois disto esclarecido, porque esta é a minha última intervenção, em princípio é a última, eu queria só pôr duas ou três questões à senhora Bastonária, elogiando tudo na mesma, mas não quero deixar de lhe pôr duas questões ou três. -----*

*A história que eu queria que fosse esclarecida é o seguinte, vou pôr duas coisas antagónicas: O nosso encontro anual para já, uma coisa que queria começar a dizer. O país tem norte, tem muito norte, mas também tem centro e tem sul. Vai começar a ser a altura de se pensar em que para baixo também temos sítios excelentes, culturas diferentes e locais diferentes. Temos um Alentejo que à sua maneira é lindo e espero que um dia comecem a pensar, não sou alentejano, sou lisboeta, mas gosto muito do Alentejo. Ok, temos que começar a fazer visitas a outros lados. No Norte, nós fizemos uma festa, o nosso, eu daqui não consigo ver, peço desculpa, o nosso encontro nacional dos CC's, a receita passou de 14.600 euros para 21.715. E se nós formos ver, a despesa passou de 47.803 para 61.711. Significou aderência, significou muito mais gente, significou muito mais, uma manutenção de uma qualidade impressionante. Este ano, pouco depois da festa de Natal, tive alguns colegas a dizerem-me que a festa de Natal, e posso falar de Lisboa,*

*não teve nada a ver com a festa do passado. Eu sou, como São Tomé, ver para querer e mantive-me sempre calado e agora vi o Relatório e Contas. Atenção! Os preços duplicaram em 2023, duplicaram em relação a 2022. E qual é a imagem que nós temos? Festa de Natal, receita de 2022, 22.703 euros, festa de Natal de 2023, 15.419 euros, baixou, quando o preço em relação ao ano anterior duplicou. -----*

*Isto não seria de estranhar, porque é óbvio que se duplicou houve muita gente que não quis ir porque não quis pagar em vez de 10, 20 euros. Mas vamos olhar para os gastos. 126.559 euros em 2023, 85.799 euros em 2022. -----*

*É óbvio que o catering, etc., essas coisas reduziram porque há menos pessoas, mas parece-me que se reduziram outras coisas segundo aquilo que disseram. -----*

*O que eu queria chamar a atenção é que eu ouvi falar muito aqui na juventude. A juventude começa quando eles têm 5, 6, 7, 8, 9, 10 anos, essa ligação e entristece-me que houvesse colegas que disseram “este ano fui, mas para o ano já não vou”. Por isso é que queria chamar a atenção que estes números sinalizam algo que tem que ser ratificado para 2024. É tudo, colegas. Boa tarde.” -----*

*Dada a palavra Sra. Representante Isabel Freitas, esta agradeceu à Sra. Bastonária e à sua equipa, que tudo fizeram pelos contabilistas, principalmente pelos açorianos, que embora longe, nunca estiveram tão perto da Ordem e dos colegas do continente. Continuando a sua intervenção, afirmou, citamos, “Realmente não é uma profissão de fracos, não é um emprego, mas um trabalho muitas vezes duro. No entanto, nunca tive tantas condições para trabalhar. Tenho uma Ordem que me dá formação a qualquer hora, programa para trabalhar, equipa técnica para me ajudar nas minhas dúvidas, o que é preciso mesmo é vontade de trabalhar. Senhora Bastonária, não fique triste com os pontos negativos, porque projetos como o seu, muita gente é capaz de apresentar. A diferença é que poucos são capazes de cumpri-los com o seu rigor.” -----*

*Dada a palavra ao Sr. Representante Bruno Silva, que afirmou seguir a sugestão do Dr. Sérgio Pontes dando as boas-vindas a todos. Começou a sua intervenção explicando que veio falar sobre uma parte do Relatório e Contas, concretamente sobre o encontro dos CC's que ocorreu no Porto, de cuja organização, a equipa do Porto, teve a honra de fazer parte e assim participar ativamente no sucesso do mesmo. Foi um momento em que trabalhou com a Sra. Bastonária e, efetivamente, é difícil trabalhar com ela, como a própria reconheceu, porque o bom não é bastante, é o excelente que se impõe, acrescentou*

o Sr. Representante. À saída das reuniões, pensava como se ia resolver a situação, mas depois percebeu que foram incentivados ao máximo para realizar o evento que acabou por acontecer. Em relação aos participantes, esclareceu, foram em número inferior ao ano anterior, mas as inscrições encerraram 15 dias antes, porque a lotação estava esgotada, porém, dado a quantidade de pedidos que foram feitos à Ordem, foram colocadas mais mesas, feitas as alterações com o catering, tendo sido limitado o espaço para a dança. Nestes acontecimentos constata-se a mobilização e união dos colegas, todos satisfeitos e os miúdos encantados. Assim se começa a semear o futuro, considerou. Isto é um investimento, os jovens podem dizer “*o meu pai é contabilista, ser contabilista é fixe*”. Foi um dia inesquecível. Agradeceu, de seguida ao Conselho Diretivo e ao resto da equipa que lhe permitiu e acreditou que o evento fosse realizado no Porto. Os colegas de outros pontos do país têm de tentar desafiar a Sra. Bastonária para que o encontro ocorra noutra local. Saudou também a equipa da Ordem que parecia que não estava a trabalhar, parecia que estavam em regime de voluntariado, com animação e alegria excepcional e também ao Celso, ao Norberto, à Joana, e à Zita que foram incríveis, fruto da ideia da Sra. Bastonária de deixar a cargo de contabilistas certificados a animação da festa. Neste evento houve muito rigor por parte da Sra. Bastonária, tudo o que era custo era verificado linha a linha. Terminou afirmando que, o Relatório e Contas tem de ser votado favoravelmente. -----

Dada a palavra ao Sr. Representante Emanuel Cordeiro, este assegurou que as contas estavam aprovadas pelos contabilistas açorianos, porque são positivas, mas mesmo que fossem negativas, o sentido de voto seria o mesmo, seria um voto de agradecimento e de apelo a que a Sra. Bastonária continuasse o seu projeto. Agradeceu também aos colegas Luzinha Campos, Gilberto Moniz e Isabel, com quem aprendeu muito desde 2018 a 2024 e na pessoa do colega Manuel Teixeira, a todos os diretores, ao Dr. Jorge Carrapiço, à Dra. Isabel Chéroux e todos os trabalhadores da Ordem, na forma como lidam com os contabilistas açorianos, ao Professor Doutor Carlos Menezes, a todos os professores e académicos, não esquecendo a AR. Findou o seu discurso dizendo ser apaixonado pela profissão e sentir-se compensado por pertencer a uma equipa que, com a liderança da Sra. Bastonária, fez com que o contabilista fosse uma referência de profissionalismo. -----

Dada a palavra à Sra. Representante Teresa Eva, que alegou que iria aprovar as contas e que as mesmas não mereciam nada a assinalar. Deixou ainda uma sugestão e apelo: vamos para as escolas, exclamou, educar, cativar, informar e preparar cidadãos e colegas do

futuro. Terminou fazendo também alusão a uma frase: “*sê o exemplo que queres ver no mundo*”. -----

Dada a palavra ao Sr. Representante José Alberto Pereira, o mesmo cumprimentou o Sr. Presidente da MAR, a Sra. Bastonária, os restantes membros da AR e os demais presentes. De seguida, afirmou que iria fazer uma análise da evolução da instituição, em termos económico-financeiros. Prosseguiu, referindo que, em termos económicos, a OCC teve um crescimento de 16 milhões para 27 milhões de euros em 2023. Em 2017 tínhamos 16 milhões e 500 mil de rendimento, um crescimento de 61,7%, e a nível de gastos houve um crescimento de 15 milhões 785 mil euros para 22 milhões 540 mil euros, um crescimento de 6 milhões e 700 mil, o que representa 43% de aumento. Referindo-se a nível financeiro, o comportamento, frisou, foi excepcional, o ativo ficou praticamente permanente, mas com uma redução acentuada no passivo e essa redução, digamos, também já tinha sido explicada pela Sra. Bastonária, essencialmente a nível dos empréstimos, estando estes, em 3 milhões e qualquer coisa, e assim, se neste momento fosse opção pegar nos valores em depósitos e pagar os empréstimos na totalidade, a OCC deixaria de ter passivo financeiro relativamente a esta situação. Sublinhou a solidificação da situação financeira da Ordem, nestes seis anos, com resultados excecionais, pois, foi excepcionalmente bem dirigida. Findou a sua exposição parabenizando a Sra. Bastonária e a sua equipa. -----

Dada a palavra ao Sr. Representante Vitor Vicente, este cumprimentou o Sr. Presidente da MAR e a Sra. Bastonária, estendendo as saudações a todos os colegas e referiu que participava publicamente pela última vez, na AR, porque a família, quer de casa, quer do escritório, eram mais importantes. De qualquer forma, e pegando no tema trazido pelo Sr. Representante Vitor Martins, declarou ter feito parte do grupo que criou a AR, que deveria ter sido um fórum de debate de tudo o que estava relacionado com os contabilistas ao longo do país, em que as opiniões diferentes não deveriam ser minorizadas. Relembrou, igualmente, um tema a que há quinze anos fez referência, o problema do futuro da profissão. Quanto às contas e ao elevado nível de endividamento que existia, mencionou estar satisfeito com os valores apresentados e de saber que, se fosse necessário, a Ordem pagava o passivo nos bancos através das disponibilidades. Ainda assim, lembrou que a Ordem tem de garantir o serviço presente e futuro à sociedade, mas se até aos 40 anos há apenas 7 mil pessoas inscritas, no seu entender, há um trabalho que não foi bem feito. Há

que aliciar os miúdos, fazendo com que gostem de ver os pais a serem contabilistas, há que ir às escolas, fazer divulgação. Realçou também que não compreende como é que um PSE equivale a um estágio profissional, ministrado num gabinete de contabilidade. A Ordem deveria evoluir no sentido de chegar a acordo com as universidades para que se ministre estágio curricular dentro das empresas; para se aprender a profissão no contato com os mais velhos; isentar de quotas os patronos durante vários anos, desde que mantivessem os novos contabilistas nas empresas; isentar também os novos contabilistas que quisessem assumir responsabilidades durante algum tempo. Se nada for feito, daqui a 10 anos, a profissão será muito diferente e a sustentabilidade financeira da Ordem talvez venha a estar em causa. Reiterou que esta seria a última intervenção publicada e agradeceu a todos os que o acompanharam, apoiando ou criticando.-----

Dada a palavra ao Sr. Representante António Dias que, após cumprimentar o Sr. Presidente e todos os membros da MAR, a Sra. Bastonária e restantes membros do Conselho Diretivo, os restantes órgãos e todos os demais colegas, bem como os colegas de Vila Real, que o elegeram por este distrito, continuou a sua intervenção e, antecipando o final do mandato, agradeceu também às pessoas que contribuíram para que a assembleia existisse nos atuais moldes e fez um balanço dos últimos 6 anos. Recordou que, em setembro de 2017, após 15 anos de funções na Autoridade Tributária, foi convidado pela Dra. Paula Franco, para encabeçar a lista de representantes da AR por Vila Real e, à data, foi eleito, porém com alguma tristeza porque não foi possível eleger o segundo representante por, apenas, sete votos, mas hoje integra o Conselho Diretivo da Ordem, o Pedro Ferreira. O que se comprometeu a fazer, perante os contabilistas certificados de Vila Real, cumpriu, garantiu. A formação eventual e as reuniões livres foram alargadas, não só à capital de distrito; a Lei 7; o justo impedimento; as férias fiscais e a revisão da responsabilidade dos contabilistas certificados; as boas práticas e os regulamentos de uma profissão exigente, que tem de ter direitos, mas também obrigações. Referiu que, ao longo destes 6 anos, assistiu ao desenvolvimento da profissão, partilhou as suas opiniões, por vezes em discordância com a maioria, mas sempre numa perspetiva positiva, assegurou. Acima de tudo, representou os contabilistas do distrito de Vila Real com elevado sentido de responsabilidade. Relembrou as palavras da Sra. Bastonária, ao afirmar que, as pessoas passam e a Ordem fica, mas as pessoas marcam a diferença, alertou, e num determinado momento em que alguns colegas acharam que houve uma exposição desnecessária, a Sra. Bastonária demonstrou paixão pelos contabilistas certificados e pela Ordem, paixão essa



que conduziu ao sucesso nestes últimos 6 anos. A Ordem pode ser atrativa para os jovens, só depende de os contabilistas passarem essa mensagem, abarcando a profissão com um sorriso aberto, afirmou o Sr. Representante. -----

Tendo em consideração que mais nenhum colega se tinha inscrito para expor as suas ideias, o Sr. Presidente da Mar, deu a palavra à Sra. Bastonária a fim de se pronunciar, querendo, sobre os vários temas abordados. -----

No uso da palavra, a Sra. Bastonária lançou, desde logo um repto: para as próximas assembleias terem a duração de dois dias, para tratar os assuntos com calma. De seguida, salientou que concordava com o colega Pedro Lima ao mencionar que o Relatório e Contas devia ser uma formação obrigatória, destacando também o relatório não financeiro. Fez, igualmente, referência, à diminuição do passivo e ao acesso à profissão e ao SWOT, parabenizou o colega Nelson Ferreira pelo cargo que ocupa e que vai representar um trabalho intenso a desempenhar pela Ordem. Em relação às palavras do colega Vitor Martins quanto à formação obrigatória, a Sra. Bastonária reiterou que há 4 mil contabilistas que não fazem formação e estão a exercer, por isso, a formação tem de ser obrigatória, pois a classe ainda não tem maturidade para que essa possa ser voluntária. Já em relação à ida à Assembleia da República dos colegas Vitor Martins e Vitor Vicente, declarou que foi um desrespeito para com os contabilistas certificados, agindo individualmente, sem legitimidade, interferindo na profissão e na vida dos contabilistas. Mais, considera a Assembleia Geral muito mais democrática do que a Assembleia Representativa, mas é o órgão previsto na Lei-Quadro, declarou. Na assembleia não se elogia apenas, é uma questão de confiança, assumiu. As contas refletem, no entanto, o resultado e a assembleia tem como propósito avaliar se as contas são fidedignas. É no orçamento que se criticam as opções e não na aprovação de contas, conforme aludiu o colega Rui Ferreira, exclamou a Sra. Bastonária, pois, nesse momento as contas têm de espelhar o que antes foi aprovado. Tudo o que estava plasmado no programa eleitoral foi cumprido, à exceção das clínicas e o contabilista público, que não depende somente da Ordem. Afirmou que, o encontro dos contabilistas e as festas de Natal são pontos de união dos contabilistas e que estes sentem orgulho nesses eventos. Na senda desses encontros, admitiu que não é fácil trabalhar consigo porque é muito exigente, é preciso pensar fora da caixa, porque o grande objetivo é servir os contabilistas, com direitos iguais para todos, e estes querem sempre mais. Quanto aos gastos, a Sra. Bastonária considerou-os

equilibrados, porque os contabilistas pagaram 20 euros para participar na festa de Natal, mas era gratuito para as crianças. Reconheceu que é preocupante o envelhecimento da profissão e é preciso que a Ordem se reinvente nos incentivos aos jovens. As contas certas, saudáveis e sustentáveis permitem fazer o caminho de atrair jovens para a profissão, alegou. Concluiu a sua exposição afirmando que considera, “o futuro é risonho para os jovens” e a Ordem vai conseguir encontrar novos métodos e formas de atrair jovens para a profissão, a par das alterações estatutárias. -----

Tomando a palavra, o Sr. Presidente da MAR declarou que o Relatório e Contas é um exemplo e que naturalmente iria votar favoravelmente. -----

Posto isto, o Sr. Presidente da MAR, colocou à votação o **ponto 3** (três) da **ordem do dia**, *discussão e votação do relatório e contas do exercício de 2023*. -----

Realizada a votação, o Sr. Presidente da MAR comunicou à Assembleia que, participaram na votação, presentes e representados, 85 Representantes, tendo o **ponto 3** (três) da **ordem do dia**, *discussão e votação do relatório e contas do exercício de 2023*, sido aprovado, por maioria, com a seguinte votação: -----

- **Votos contra: 0 (zero)**; -----
- **Abstenções: 1 (um)**; *Presenciais: 0 (zero); à distância: 1 (um)*. -----
- **Votos a favor: 84 (oitenta e quatro)**; *Presenciais: 71 (sessenta e um); à distância: 13 (treze)*. -----

Entretanto, o Sr. Representante Rui Jorge Saavedra Magalhães, CC 2169, do Circulo Eleitoral do Porto, remeteu via correio eletrónico e através do seu e-mail institucional, uma comunicação dirigida ao Sr. Presidente da MAR, requerendo a sua publicação na presente ata, que mereceu acolhimento e que aqui se reproduz: “*De OCC AR Porto – Rui Jorge Magalhães <ar.rui.magalhaes@occ.pt>; Enviado: 16 de março de 2024 12:39; Para: Presidente da Mesa da AR – Carlos Alexandre <presidente.mesa.ar@occ.pt>; Assunto: Lamentação. Exmo Senhor Presidente da Mesa da AR. Lamento que estas intervenções se tenham tornado num balanço de seis anos... deveríamos estar a discutir e a votar as contas!!! Infelizmente, devido ao enorme atraso provocado por intervenções que nada têm a ver com a finalidade desta AR, vejo-me impedido de votar!!! Agradeço que a minha indignação seja transcrita em ata. Com elevada consideração. Muito Obrigado.*” -----

Passando de imediato ao **ponto 4** (quatro) da **ordem do dia**, *leitura e votação da minuta da ata*, o Sr. Presidente da MAR deu a palavra à Sra. Secretária da MAR, Isabel Alves, que procedeu à leitura da minuta da ata, a qual, após ocorrer a respetiva votação, foi aprovada por unanimidade pelos 83 (oitenta e três) Srs. Representantes a participar em sala (setenta e um) e à distância (doze). -----

O Sr. Presidente da MAR, dando por terminada a Ordem de Trabalhos, agradeceu a todos os presentes e deu por encerrada a sessão, eram treze horas e treze minutos do dia dezasseis de março de dois mil e vinte e quatro. -----